

Cadernos **IHU** *ideias*



ISSN 1679-0316 (impresso) • ISSN 2448-0304 (online)
Ano 15 • n° 261 • vol. 15 • 2017



Fugindo para a frente:
limites da reinvenção da política no Brasil contemporâneo

Henrique Costa



Fugindo para a frente:
limites da reinvenção da política no Brasil contemporâneo

Fleeing forwards:

limits of the reinvention of politics in contemporary Brazil

Resumo

O período de reviravoltas na política brasileira que se iniciou em 2014, especialmente do ponto de vista da esquerda, tem inspirado diversas reflexões por parte dos interessados na sua renovação. A despeito da questão conjuntural, a trajetória da esquerda brasileira tem sido atravessada por dois fenômenos diretamente relacionados ao trabalho e à sua precarização: a reestruturação produtiva e a nova questão social. O Partido dos Trabalhadores (PT) aprimorou em seus governos uma tecnologia de gestão social que acabou transformada em marca do partido e se estabeleceu plenamente com as políticas públicas bem-sucedidas dos governos Lula (2003-2010). Neste artigo, descreve-se esse percurso tendo por base a percepção de trabalhadores precarizados e uma aproximação entre seu lugar no tecido social e a política classista. Do advento do lulismo até a sua crise, as classes tiveram diferentes estratégias, entre o apoio às causas populares nos anos 1990 e a conformação a uma atuação sem radicalização no conflito distributivo por certos setores da classe média contemporânea.

Palavras-chave: Classes Sociais; Lulismo; Precariedade; Prouni; Partido dos Trabalhadores.

Abstract:

The period of twists and turns in Brazilian politics since 2014, especially from a leftist point of view, has inspired a series of considerations by those interested in its renewal. In spite of the questions raised by the daily events since then, the Brazilian left trajectory has been crossed by two different phenomena directly related to work and its precariousness condition: productive restructuring and the new social question. On its governments, the Workers' Party (PT) developed a public management technology that fully established itself with the successful public policies of Lula's terms (2003-2010) and became a party brand. In this article, we search for a glimpse of this path based on the perception of precarious workers and on an approximation between their place in the social fabric and class politics. From the advent of "lulism" until its crisis, the classes had different strategies and went from support in the 1990s to people's common causes to the 21st century acceptance by certain sectors of the contemporary middle class of an antiradical conduct on the distributive conflict.

Keywords: Social Classes; Lulism; Precariousness; University for all Program; Workers' Party.

Cadernos
IHU *ideias*

**Fugindo para a frente:
limites da reinvenção da política
no Brasil contemporâneo**

Henrique Costa

Universidade Estadual de Campinas (Unicamp)

ISSN 1679-0316 (impresso) • ISSN 2448-0304 (online)
ano 15 • nº 261 • vol. 15 • 2017



Cadernos IHU ideias é uma publicação quinzenal impressa e digital do **Instituto Humanitas Unisinos** – IHU que apresenta artigos produzidos por palestrantes e convidados(as) dos eventos promovidos pelo Instituto, além de artigos inéditos de pesquisadores em diversas universidades e instituições de pesquisa. A diversidade transdisciplinar dos temas, abrangendo as mais diferentes áreas do conhecimento, é a característica essencial desta publicação.

UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS – UNISINOS

Reitor: Marcelo Fernandes de Aquino, SJ

Vice-reitor: José Ivo Follmann, SJ

Instituto Humanitas Unisinos

Diretor: Inácio Neutzling, SJ

Gerente administrativo: Jacinto Schneider

ihu.unisinos.br

Cadernos IHU ideias

Ano XV – Nº 261 – V. 15 – 2017

ISSN 1679-0316 (impresso)

ISSN 2448-0304 (online)

Editor: Prof. Dr. Inácio Neutzling – Unisinos

Conselho editorial: MS Jéferson Ferreira Rodrigues; Profa. Dra. Cleusa Maria Andreatta; Prof. MS Gilberto Antônio Fagion; Prof. Dr. Lucas Henrique da Luz; MS Marcia Rosane Junges; Profa. Dra. Marilene Maia; Profa. Dra. Susana Rocca.

Conselho científico: Prof. Dr. Adriano Naves de Brito, Unisinos, doutor em Filosofia; Profa. Dra. Angelica Massuquetti, Unisinos, doutora em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade; Profa. Dra. Berenice Corsetti, Unisinos, doutora em Educação; Prof. Dr. Celso Cândido de Azambuja, Unisinos, doutor em Psicologia; Prof. Dr. César Sanson, UFRN, doutor em Sociologia; Prof. Dr. Gentil Corazza, UFRGS, doutor em Economia; Profa. Dra. Suzana Kilpp, Unisinos, doutora em Comunicação.

Responsável técnico: MS Jéferson Ferreira Rodrigues

Imagem da capa: Henrique Costa

Revisão: Carla Bigliardi

Editoração: Gustavo Guedes Weber

Impressão: Impressos Portão

Cadernos IHU ideias / Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Instituto Humanitas Unisinos. – Ano 1, n. 1 (2003). – São Leopoldo: Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2003- .

v.

Quinzenal (durante o ano letivo).

Publicado também on-line: <<http://www.ihu.unisinos.br/cadernos-ihu-ideias>>.

Descrição baseada em: Ano 1, n. 1 (2003); última edição consultada: Ano 11, n. 204 (2013).

ISSN 1679-0316

1. Sociologia. 2. Filosofia. 3. Política. I. Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Instituto Humanitas Unisinos.

CDU 316

1

32

Bibliotecária responsável: Carla Maria Goulart de Moraes – CRB 10/1252

ISSN 1679-0316 (impresso)

Solicita-se permuta/Exchange desired.

As posições expressas nos textos assinados são de responsabilidade exclusiva dos autores.

Toda a correspondência deve ser dirigida à Comissão Editorial dos Cadernos IHU ideias:

Programa Publicações, Instituto Humanitas Unisinos – IHU
Universidade do Vale do Rio dos Sinos – Unisinos
Av. Unisinos, 950, 93022-750, São Leopoldo RS Brasil
Tel.: 51.3590 8213 – Fax: 51.3590 8467
Email: humanitas@unisinos.br

FUGINDO PARA A FRENTE: LIMITES DA REINVENÇÃO DA POLÍTICA NO BRASIL CONTEMPORÂNEO

Henrique Costa

Universidade Estadual de Campinas (Unicamp)

Não cante vitória muito cedo, não. Nem leve flores para a cova do inimigo. – Antônio Carlos Belchior

Introdução

Rodoviária do Tietê, São Paulo, um dia qualquer. Um senhor negro, baixa estatura, cabelos e barba grisalhos, encolhido no banco, olhar cansado e melancólico, parece esperar o horário de seu embarque. Respirava fundo, observava as pessoas ao seu redor, uma senhora entretida com o celular, um casal de meia idade que saboreava silenciosamente uma tigela de açaí, alguns jovens. Segurava firme nas mãos alguns papéis, parecia preocupado em não perdê-los. Parou para rabiscar um deles com bastante zelo: um bilhete de loteria, que ele apoiava em cima de sua carteira de trabalho.

O episódio, apesar do extremo simbolismo, nada tinha de extravagante. Ao contrário, revestia-se de uma poética banal, como uma foto de Cartier-Bresson retrataria um garoto distraído, sorrindo diante de uma parede esburacada por tiros de fuzil. A sensação de desamparo corroía aqueles bilhetes, um pedaço de esperança desesperançada. Na carteira de trabalho, não mais do que isso: ela parecia compor um quadro distópico, que gritava para quem pudesse ouvir, aquela identidade de trabalhador diante do medo da descartabilidade social.

Nada que não seja também a realidade do proletariado precarizado brasileiro desde que Getúlio Vargas criou a distinção entre trabalhador e vagabundo, materializada naquele caderninho azul, que em nosso fordismo periférico seria o único canal de acesso aos parques direitos sociais presentes na Consolidação das Leis do Trabalho (CARDOSO, 2010). Aquele senhor do terminal rodoviário entendia a importância daquele documento

não pelo mundo prometido pelo desenvolvimentismo e suas variantes, mas pelo peso que a carteira de trabalho representava apenas para que ele não deixasse de ser alguém em condições de reivindicar um pouco de cidadania, mesmo que deformada. Contudo, pessoas como ele deixam de existir não por fazerem parte de uma geração residual ou pela interrupção de suas atividades laborais pela modernização, mas enquanto seres políticos que não mais vislumbram canais de interlocução e representação.

Michel Pialoux e Stéphane Beaud (2012, p. 316), ao estudarem uma geração de operários na França no final da década de 1980, notavam que, embora tivessem apenas entre 32 e 35 anos, eram em certa medida “demasiado velhos ‘em suas próprias cabeças’; velhos em razão dos esquemas que interiorizaram e dos quais têm muita dificuldade em se desfazer, para não se sentirem excluídos da ‘modernidade’”. A dinâmica do capitalismo contemporâneo impõe essas novas dicotomias no mundo do trabalho, especialmente entre aqueles que conseguem se colocar de maneira bem-sucedida nas novas ocupações criadas pela revolução tecnológica e suas empresas de ponta – tão celebradas pelos adeptos do chamado “capitalismo cognitivo” –, e os demais: uma massa de trabalhadores precarizados pela reestruturação produtiva, alguns dos quais nem mesmo adentraram a terceira revolução industrial, ficando esquecidos pela morte lenta da obsolescência dos velhos empregos do século XX.

Vidas como a do senhor que me espreitava estão em todas as partes, são atemporais em seu sofrimento. Neste momento, promove-se através desses personagens o encontro entre a velha e a nova questão social: uma geração de trabalhadores que flertou com a integração pela via do assalariamento, no caso brasileiro, algo que se concretizou apenas para poucas categorias ocupacionais (BRAGA, 2012), e a leva gigantesca gerada a partir do aumento exponencial do uso da tecnologia da informação, uma das molas propulsoras da globalização contemporânea, o “infoproletariado” – operadores de telemarketing e trabalhadores de call center os mais comumente lembrados (ANTUNES; BRAGA, 2009). Como diz Robert Castel,

Globalmente, as performances da sociedade salarial pareciam em via de suprimir o *déficit de integração* que havia marcado o início da sociedade industrial através do crescimento do consumo, do acesso à propriedade ou à moradia decente, da maior participação na cultura e no lazer, dos avanços na realização de uma maior igualdade de oportunidades, a consolidação do direito do trabalho, a extensão das proteções sociais, a supressão dos bolsões de pobreza etc. A questão social parecia dissolver-se na crença no progresso indefinido. Essa trajetória é que foi interrompida. Quem, hoje, afirmaria que vamos

para uma sociedade mais acolhedora, mais aberta, trabalhando para reduzir as desigualdades e para maximizar as proteções? A própria ideia de progresso perdeu sua coesão (CASTEL, 2015, p. 493).

A esperança no progresso, no entanto, pode não ter se materializado como imaginavam bolcheviques e social-democratas, e o progresso técnico da humanidade, ao invés de reduzir a exploração do trabalho, o degrada ainda mais. O espaço em que se situa o trabalhador-estudante na estratificação social aponta para o tempo imediato, e suas expectativas de futuro, fundamentais para a formação da identidade trabalhadora e a coesão da classe, se perdem em meio à “viração”, as ocupações de curtíssimo prazo que se sucedem de maneira perigosamente instável. Perspectivas modestas que sugerem ao observador que a nova questão social poderá lhes garantir apenas um lugar entre os “incluídos”, aqueles pendurados “por um fio” às políticas públicas e ao Estado.

O que se propõe no lugar dessa impermanência do tecido social? Buscarei neste artigo analisar algumas soluções atualmente defendidas ou executadas pelos dois segmentos hegemônicos da esquerda brasileira – partidos, movimentos sociais e sindicatos tradicionais, de um lado; ONGs e o ativismo empresarial e cultural, de outro – unidos não apenas por convergências políticas, mas sobretudo por relações cliente-empresa, em linha com os manuais empresariais do século XXI. Como partes constitutivas da gestão racional na periferia do capitalismo, elas operam a partir de 1) modulação do discurso; 2) políticas públicas para a classe trabalhadora precarizada; 3) incentivo ao empreendedorismo e ao protagonismo juvenil. Apartados da luta de classes, esses vetores do ativismo contemporâneo reconfiguram seus termos a partir da dinâmica ideológica da classe média desradicalizada e sobrerrepresentada na conjuntura política atual, ofuscando o mundo do trabalho, fonte da reprodução e do sofrimento sociais.

O novo tempo brasileiro: reposição da cidadania regulada

Poderíamos atribuir parte do ocultamento desse novo tempo brasileiro, o lugar do Brasil diante do rebaixamento do horizonte de expectativas, da implosão da noção de progresso contínuo e inescapável e sua superação pela gestão do desastre iminente (ARANTES, 2015), à sombra do lulismo e da ideologia que ele ajudou a propagar em seu auge, a de que cumprimos nossa promessa de país e extinguimos de uma vez por todas a pobreza e o subdesenvolvimento. Não que não houvesse motivos para exultação. A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD Contín-

nua) assinalava taxa de desemprego de 6,2% no 4º trimestre de 2013, menor patamar da série da pesquisa. De acordo com o Mapa da Fome 2013 da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), o Brasil reduziu a pobreza extrema (o contingente de pessoas que vivem com menos de US\$ 1 ao dia) em 75% entre 2001 e 2012. Programas sociais em larga escala gerenciavam a questão social brasileira em parceria com estados e municípios amealhados pela hegemonia lulista.

Hoje se vê que a crise econômica que se seguiu à reeleição de Dilma e se aprofundou cada vez mais desde então – queda de 3,8% no PIB de 2015, com recuo de 6,2% na indústria e 2,7% nos serviços, de acordo com o IBGE – comprometeu não apenas o legado do lulismo e seu “neodesenvolvimentismo”¹, como também indica tempos sombrios pela frente, em que não se prevê um novo “boom” de *commodities* e as políticas de austeridade do governo tucano-peemedebista deixam os trabalhadores na expectativa de, uma hora ou outra, virem a fazer parte dos atuais 13,9 milhões de desempregados do país. Ao mesmo tempo, estranhariam eles que níveis inéditos de pilhagem de recursos públicos e de extração de mais-valia absoluta viessem justamente na vigência plena do lulismo, e que as reformas trabalhista e previdenciária de Temer fossem o coroamento desse processo?

Francisco de Oliveira (2003, p. 136) anteviu nas formas de terceirização e no trabalho precário o *anúncio* do futuro do setor formal, isto é, o movimento em que “o conjunto de trabalhadores é transformado em uma soma indeterminada de exército da ativa e da reserva, que se intercambiam não nos ciclos de negócios, mas diariamente”. Na década lulista, a realidade do pós-fordismo brasileiro acentuara sua contradição inerente: segundo Márcio Pochmann (2012), na década de 2000 foram criados 2,1 milhões de empregos por ano, mas 95% deles pagavam até 1,5 salário mínimo, e taxas de acidentes de trabalho e rotatividade cresceram².

1 A tese do neodesenvolvimentismo é desenvolvida em Boito Jr. e Berringer (2013).

2 Segundo dados da Relação Anual de Informações Sociais do Ministério do Trabalho (Rais-MTE), no Brasil lulista, predominou o emprego de curta duração, outro indicador da flexibilidade contratual de trabalho. Entre 2002 e 2013, cerca de 45% dos desligamentos aconteceram com menos de seis meses de vigência do contrato de trabalho, e em cerca de 65% dos casos estes sequer atingiram um ano completo. Além de o tempo de duração do contrato de trabalho ser caracteristicamente baixo, houve um ligeiro aumento da participação das menores faixas de tempo de permanência, no período analisado, de 29,1% para 31,2% na faixa de até 2,9 meses. Na comparação da distribuição etária entre os vínculos desligados e ativos, em 2003, 30,0% dos contratos eram ocupados por trabalhadores com idade entre 18 e 24 anos, embora somassem 22,2% entre os vínculos ativos em 31 de dezembro. Já em 2013, os percentuais foram de, respectivamente, 27,9% e 18,7%, ampliando a distância em termos de pontos percentuais. Por sua vez, a participação dos trabalhadores com idade entre 50 e 64 anos, em 2013, era de 7,1% entre os vínculos desligados, e 12,0%, dos vínculos ativos. (DIEESE, 2014).

Com muitos anos de diferença em relação ao nosso protagonista anônimo, Rafael Braga, também pobre e negro, não tinha “carteira assinada”. Ex-catador de latas, faz parte da geração que conheceu outro canal de acesso a direitos: o consumo, o crédito e as políticas públicas. Fazia parte de algum público-alvo, focalizável em várias dimensões que o terceiro setor se propusesse a encaixá-lo, fenômeno que levou Maria Célia Paoli a alertar para o “duplo dispositivo de dissolução de sujeitos políticos” em que operam, de um lado, os programas técnicos-governamentais e não governamentais e, de outro, a violência pela manutenção da insegurança.

Em ambos os casos, constituem-se em presenças públicas que tentam aparecer como políticas responsáveis, e em alguns casos talvez haja até a intenção de sê-lo, mas de fato a política é estilizada sob uma proliferação desses seus duplos, já que técnicas de intervenção social focalizadas e a violência institucional de controle passam crescentemente como ações governamentais ou privadas de “políticas de prevenção” (...) Há, é evidente, uma grande diferença da referência *política* original: para serem eficazes, os programas de intervenção salvacionistas e os modos de controle da violência proliferada da cidade têm de operar uma tradução dos acontecimentos que demandam sua ação “pacificadora”, para que possam se mostrar como os que têm soluções para o bom funcionamento da cidade. (PAOLI, 2007, p. 228).

Vítima dessa racionalidade gerencial, Rafael conheceu os dois lados do dispositivo, o trabalho em condições de precarização e flexibilidade e a insegurança. Finalmente, conheceu o outro sentido da gestão social pelos agentes da segurança: único preso no contexto das jornadas de junho de 2013 por portar um frasco de desinfetante, foi condenado por tráfico de drogas e associação para o tráfico. Em regime aberto e adornado com tornozeleira eletrônica, Rafael foi abordado em janeiro de 2016 com truculência por seis PMs da UPP (Unidade de Polícia Pacificadora) quando caminhava da casa de sua mãe para uma padaria na Vila Cruzeiro, favela no bairro carioca da Penha, onde vive sua família. Finalmente, a saga do Estado contra Rafael, e sobretudo contra o que ele simboliza, tornou-se sentença publicada no dia 20 de abril, na qual o juiz Ricardo Coronha Pinheiro, do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, condenou-o a 11 anos e três meses de prisão e ao pagamento de multa de R\$ 1.687³.

Nos últimos cinco anos, segundo dados do Instituto de Segurança Pública (ISP) do estado fluminense, o número de homicídios decorrentes

3 Luiza Sansão. “Advogados de Rafael Braga afirmam que juiz nega direito à ampla defesa do ex-catador”, *Ponte Jornalismo*, 01 fev. 17. Disponível em <<http://ponte.cartacapital.com.br/advogados-de-rafael-braga-afirmam-que-juiz-nega-direito-a-ampla-defesa-do-ex-cataador-de-latas>>. Acesso em: 19 maio 2017.

de oposição à intervenção policial aumentou 120%, índice que já beira o período pré-pacificação⁴. Em 2016, 920 pessoas foram mortas pela polícia contra 645 em 2015 e 416 em 2013, quando atingiu o patamar mais baixo dos últimos dez anos. Em 2007, 1.330 pessoas foram mortas pela polícia no estado⁵. A gestão pela punição mantém-se também no âmbito do encarceramento em massa: em 2010, o Brasil tinha 496.251 presos e uma média de 253 detentos para cada 100 mil habitantes. Em 2016, o país encarcerava em suas masmorras 607.731 pessoas e elevava a média em 20%: 301 presos para cada 100 mil moradores⁶.

De um personagem a outro, constrói-se uma história do trabalhador precarizado no Brasil e da gestão da sua questão social, e o fim que hoje destina a seus milhões de proletários radicaliza e retroalimenta suas tendências dominantes, quais sejam, o desemprego que subvaloriza ainda mais a força de trabalho e o punitivismo como forma de seleção e eliminação social. Nessa nova realidade, nas periferias penetradas pelo neopentecostalismo, portar uma Bíblia debaixo do braço se torna um instrumento tão ou mais eficaz que a carteira de trabalho⁷ para não ser rotulado como vagabundo quando se está com a polícia no encaicho (FPA, 2017). O vigor da hegemonia política ajudava a colocar esses elementos em um repouso sinistro. Mesmo assim, episódios como o desaparecimento de Amarildo e

4 Um resumo do que foi a gênese da ideia de pacificação pode ser lido neste trecho de Arantes (2014, p. 355): “Um punhado de notáveis e celebridades puxava um arrastão de ‘empresários, médicos, executivos, economistas, publicitários, antropólogos, escritores, músicos, jornalistas e policiais’ em solidariedade [...]. Durante muito tempo, quando subia o morro para negociar conflitos, [José Júnior] não via nenhuma ONG ou movimento social a seu lado; hoje, capacita policiais militares [...]. Sinal de que quando a maré virou a favor da reunião administrativa das duas metades antagônicas da cidade partida, retrospectivamente realçou ainda mais a tecnologia pioneira do AfroReggae. No limite, a peregrinação a Medellín era dispensável, modelo do qual os governos locais copiaram quando muito o teleférico mesmo assim inexequível sem os serviços de relações públicas de Zé Júnior [...]. Tirante a declaração inicial de natural solidariedade, o manifesto veio apenas lembrar com ênfase redobrada que ‘a Pacificação é um patrimônio do Rio de Janeiro’”.

5 Paula Bianchi. “Número de mortos pela polícia no Rio cresce 120% em 5 anos e beira época pré-UPP”. *UOL*, 9 mar. 2017. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2017/03/09/numero-de-mortos-pela-policia-no-rio-cresce-120-em-5-anos-e-beira-tempos-pre-upp.htm>>. Acesso em: 19 maio 2017.

6 Carlos Madeiro. “Em 5 anos, Brasil vai de 5º a líder da América do Sul em nº de presos por habitante”. *UOL*, 22 jan. 2017. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2017/01/22/em-5-anos-pais-vai-de-5-a-lider-em-presos-por-habitante-da-america-do-sul.htm>>. Acesso em: 19 maio 2017.

7 Como definiu Wanderley Guilherme dos Santos (1979, p. 75), “tornam-se pré-cidadãos, assim, todos aqueles cuja ocupação a lei desconhece [...]. O instrumento jurídico comprovante do contrato entre o Estado e a cidadania regulada é a carteira profissional, que se torna, em realidade, mais do que uma evidência trabalhista, uma certidão de nascimento cívico”.

as chacinhas de Osasco a Salvador⁸ eram ruídos incômodos o suficiente para balançar a paz lulista. A disposição ativa do governo Dilma na implantação da usina hidrelétrica de Belo Monte e no novo Código Florestal, e sua passividade ao observar indolentemente a desocupação do bairro do Pinheirinho, em São José dos Campos, são exemplos, por outro lado, de até onde o Estado estava disposto a ir para manter seu projeto de desenvolvimento em marcha.

Os conflitos que vemos nos morros cariocas e sua crise de gestão pós-olímpica, no aumento explosivo da violência, do Recife a Porto Alegre, nas rebeliões cada vez mais sanguinárias das guerras de facções nos presídios são apenas o aspecto mais visível deles. Nas ruas dos centros velhos das grandes cidades, onde é constante o medo de pessoas contra pessoas e delas contra a polícia, passando pelas brigas no trânsito até as conversas nos almoços dominicais nas casas de classe média, em que os ódios afloram, e chegando finalmente às famigeradas redes sociais e suas comunidades de *haters*, a desintegração social avança aceleradamente.

O inimigo não dorme

A pesquisa *Percepções e valores políticos na periferia de São Paulo*, promovida pela Fundação Perseu Abramo (2017), traz informações interessantes sobre um perfil específico: moradores da periferia paulistana que haviam votado no PT entre 2000 e 2012, mas que optaram por não reeleger Dilma Rousseff para a presidência, em 2014, e Fernando Haddad para a prefeitura da capital, em 2016, entre eles 30% de beneficiários ou ex-beneficiários de programas sociais. Reconheceu também, com certo atraso, que na periferia de São Paulo, a ascensão da “nova classe média” veio acompanhada do consumo enquanto instrumento de distinção social, da desconfiança selvagem em relação aos políticos e partidos, da sobrevalorização do privado sobre o público; e que a “ideologia do mérito” jogou para escanteio o programa democrático-popular e as noções de identidade de classe, associativismo e direitos universais em nome do empreendedorismo e de uma certa visão liberal. Assim, entre outras conclusões, afirma que entre os entrevistados,

A ascensão social está relacionada à coragem, ousadia e disciplina e é tratada como um resultado individual derivado da força de vontade. Muitas vezes isso significa estabelecer um sentimento de solidarie-

8 Às vésperas do carnaval de 2015, 12 pessoas foram executadas no bairro do Cabula, em Salvador. Em agosto de 2015, seis pessoas foram mortas a tiros e uma ficou ferida em Itapevi, Carapicuíba e Osasco. Depois, em 13 de agosto daquele mesmo ano, mais 17 foram executadas e seis sobreviveram em Osasco e Barueri.

dade mais estreito com os próprios empregadores do que com aqueles que partilham a mesma condição de classe. Nesse sentido, a resiliência, mais do que a resistência é um valor positivo. (FPA, 2017).

Independentemente da qualidade dos dados, da interpretação discutível ou das conclusões políticas a que se destina, a pesquisa da FPA conta com o mérito de que foi a campo em busca de respostas que não estão disponíveis em gabinetes, parlamentos, nem abrigados em conceitos filosóficos tão sofisticados quanto os moldados pelo intelectualismo de que pesquisadores adeptos de um certo fetichismo com a “luta” tentam, sem sucesso, se afastar. Feita a ressalva, é negável que a afirmação posta pelo *think tank* petista de que há um rompimento com as noções de solidariedade e coletivismo, e por esse motivo os pobres não votariam mais no PT, é inteiramente equivocada.

Entre esses “focalizáveis”, a desconfiança e o ceticismo com relação ao Estado vêm justamente em sentido de colisão à racionalidade gerencial como substitutivo dos instrumentos de luta política. Ao acomodar a população brasileira de baixa renda em nichos de intervenção e gerenciamento da nova questão social, o campo democrático-popular respondeu satisfatoriamente ao que lhe parecia destinado politicamente, pois o “social” consiste em sistemas de regulação não mercantis, instituídos para preencher o espaço entre a organização política e o sistema econômico, promovendo a inclusão por meio de programas sociais. Entre a promessa da sociedade salarial que lhe projetou e a prática da gestão racional de populações vulneráveis, o PT fez da população da periferia um “laboratório de políticas públicas”, como disse a ex-prefeita Marta Suplicy.

Do mesmo modo, a tal “visão liberal” nada mais é que uma resposta intuitiva à precarização e ao despotismo do mercado de trabalho, uma esperança de fuga. O fenômeno da uberização é emblemático para entendermos essa nova postura do trabalhador precarizado, embora, ao mesmo tempo, ela encontre ecos no passado da viração, regra permanente para a imensa maioria dos trabalhadores brasileiros. Como relata Ludmila Abílio (2017), essa nova gramática do trabalho simbolizada pelo Uber “consolida a passagem do estatuto de trabalhador para o de um nanoempresário-de-si permanentemente disponível ao trabalho; retira-lhe garantias mínimas ao mesmo tempo que mantém sua subordinação; ainda, se apropria, de modo administrado e produtivo, de uma perda de formas publicamente estabelecidas e reguladas do trabalho”, transferindo riscos e custos para uma multidão de trabalhadores autônomos. A adesão voluntária a tais condições surge, assim, como uma fuga para a frente, isto é, reproduz a mesma conexão estabelecida na cadeia da viração e na busca desesperada de certificados escolares muitas vezes redundantes,

cuja conquista resulta da esperança em adequar-se às ocupações contemporâneas e que em nada lembrem a condição operária de pais e avós. Realiza, sobretudo para os mais jovens, a flexibilização como materialização dessa fuga.

Para essa população, o fosso pós-crise é duplo: nem a promessa desenvolvimentista se cumpriu, nem a racionalidade gerencial do Estado sobre ela pode garantir a contínua melhoria do seu conforto material individual e familiar. O contexto em que ocorrem as contrarreformas trabalhistas e previdenciária de 2017, cuja resistência se resume aos poucos setores organizados da classe trabalhadora – e ainda assim de modo muito tímido –, mostra que a massa precarizada brasileira, que nunca conheceu a sociedade salarial prometida pelo desenvolvimentismo, não se vê afetada pelas mudanças em voga e entende que a guerra social anestesiada pelo sucesso do lulismo finalmente retornou com o fim da euforia consumista. Não deveria causar espanto, portanto, que ela busque alternativas por conta própria.

Para o trabalhador brasileiro típico, e muito particularmente o trabalhador que emigrou dos campos, aldeias e pequenas cidades do interior fugindo da pobreza ou em busca de melhores condições de vida, o acesso ao universo dos direitos do trabalho foi uma longa e muitas vezes frustrante corrida de obstáculos. Para começar, os brasileiros quase nunca tinham registro civil. Parte dessa carência decorria das condições de vida de boa parte da população rural, quase sempre distante dos centros urbanos onde o registro era feito. Mas parte não desprezível tinha a ver com a resistência pura e simples, com origem na ideia nada irrealista de que o Estado era *inimigo* do povo, a quem tentava controlar, alistar no exército, escravizar, vacinar, higienizar ou simplesmente perseguir de maneira arbitrária. (CARDOSO, 2010, p. 789).

No exato momento em que impedir o avanço da mediação política pelo lobby financeiro não é mais possível, o breve acordo pós-redemocratização que polarizava petistas e tucanos, com a mediação peemedebista, na gestão social acaba. Nesse tempo, a democracia representativa não é suficiente para segurá-lo. Instintivamente, as classes buscam maneiras de não ser dragadas pela crise, como se busca o ponto mais alto de uma cidade tomada por um tsunami. Em minha leitura do lulismo, as reformas agora propostas não visam acabar com o modo de regulação⁹ inspirado pelo governo do ex-presidente Lula, mas preservá-lo, junto do

9 Leda Paulani (2009) define o modo de regulação como um conjunto de cinco formas institucionais: a relação de trabalho, a relação concorrencial intercapitalista, o regime monetário e financeiro, a forma de organização do Estado e o regime internacional. Quando combinadas, convergem no binômio modo de regulação (MR) / regime de acumulação (RA) e determinam a forma específica que a acumulação de capital assume em cada momento histórico.

pacto conservador do governo de coalizão – como lembra Oliveira (1988), programas sociais não têm parentesco nem com as *antimercadorias sociais* do Welfare State, nem com os direitos sociais criados pelo varguismo –, em detrimento daqueles tímidos freios ao esfolamento final da classe trabalhadora precarizada brasileira representados pelos limites à flexibilização e pela previdência social¹⁰.

Assim, os programas sociais de maior sucesso do período lulista se mantiveram funcionais: o novo governo instalado em Brasília concedia, ainda em 2016, reajuste médio de 12,5% no Bolsa Família. Já em 2017, o MEC anunciou 214.110 bolsas do Programa Universidade para Todos (Prouni), entre integrais e parciais, o maior número de bolsas ofertado desde a criação do programa, e 5% a mais em relação ao mesmo período do ano anterior, mesmo em contexto de queda na arrecadação federal. O Fies, por outro lado, vive um impasse, considerado insustentável antes mesmo do fim do ciclo petista¹¹. Para as classes subalternizadas, aderir ao sistema que lhes está pilhando é um modo de lidar, a seu jeito, com o rebaixamento do horizonte de expectativas, pois a sobrevivência não depende mais de um projeto alternativo, mas de um puro behaviorismo social e da “administração da escassez”.

O fim do projeto do trabalhador

Acompanhei por cerca de dois anos um grupo de bolsistas do Prouni de uma grande universidade privada de São Paulo que fazem parte da classe trabalhadora precarizada da periferia paulistana¹². No curso de Pedagogia, encontrei mulheres que, por trabalharem desde cedo como em-

10 Para Oliveira (1988), as mudanças no capitalismo contemporâneo na sequência da crise de 1929 e operacionalizadas nas políticas do Welfare State levaram os fundos públicos à condição de principal financiador da acumulação de capital e da reprodução da força de trabalho. Assim como financiam produções que buscam o lucro, investem também na produção de bens de consumo coletivo que não buscam o lucro, nem valorizam o valor: as *antimercadorias sociais*. Nesta *regulação política da economia*, há uma perda de potência da *medida* do capital, cuja regulação passa a ser, por isso, política, com repercussões sobre a sociabilidade, as relações de classe e destas com o Estado.

11 De acordo com levantamento do Ministério da Educação (MEC) para o jornal Valor Econômico, nos três primeiros anos do governo Dilma, os empréstimos ativos do Fies subiram de 224.782 para 1,143 milhão: expansão de mais de 400%. Luciano Máximo. “Fies e Prouni já respondem por 31% de matrículas de universidades privadas”. *Valor Econômico*, 11 mar. 2014.

12 As entrevistas são parte da pesquisa que desenvolvi em curso de mestrado no Programa de pós-graduação em Ciência Política da Universidade de São Paulo (USP). Nele, trabalhei as contradições e ambivalências entre dois grupos de prounistas de uma grande universidade privada de São Paulo, estudantes de Pedagogia e da área de tecnologia (COSTA, 2015). Os nomes dos entrevistados foram substituídos por nomes fictícios para preservar a identidade dos mesmos.

pregadas domésticas ou balconistas e terem de cuidar sozinhas dos filhos, ressentem-se com frequência da desigualdade social. Seus discursos, que ganham tom de desabafo, vão contra o que veem como injustiças. Acreditam que a política está corrompida e por isso se retraem para posições defensivas. O comportamento delas é um marco e um sintoma do abandono do “projeto do trabalhador”, que fundamentou a formação do PT (FELTRAN, 2007). Ele foi constituído e sustentado pelos moradores dos bairros periféricos, especialmente de São Paulo, durante as décadas de 1970 e 1980, e consistia na justiça social via participação em movimentos sociais, autoconstrução da moradia e trabalho fabril. Nesse quadro, a política seria o caminho natural para a efetivação de uma sociedade salarial no Brasil.

Contudo, entender que os ricos levam vantagem na competição desigual das grandes metrópoles do Brasil não é sinal de engajamento quando não se confia nos representantes eleitos, nem tampouco é possível sair às ruas para protestar podendo perder o pouco que conseguiram conquistar. Em 2014, entretanto, a campanha eleitoral ativou aspectos esquecidos e colocou em evidência os programas sociais que se tornaram marca da era Lula. O projeto do trabalhador parecia dar seus últimos suspiros na periferia paulistana, cedendo lentamente espaço ao lulismo, como nos mostra o caso de Regina, de 40 anos, dona de casa e mãe de três filhos, que voltou para os estudos graças ao Proni. Ela era uma petista relativamente recente, mas que parecia saída de outros tempos. Não estava à frente de movimentos sociais. Era apenas uma filha de metalúrgico e moradora de Parelheiros, na Zona Sul, que, como tantos outros trabalhadores brasileiros, viu renascer a luta social nos últimos momentos da ditadura militar.

O período em que Marta Suplicy e o PT administraram a cidade é emblemático. Citada por vários entrevistados, sua gestão fez da nova questão social paulistana um laboratório de políticas públicas que viriam a se tornar hegemônicas em âmbito nacional (ABÍLIO, 2005). Regina via com clareza que essa *cidadania regulada* era o horizonte palpável a ser alcançado. Para explicar a inserção controlada de algumas categorias de trabalhadores pelo Estado Novo, Santos cunhou o termo como para explicar a passagem da esfera da acumulação para a esfera da equidade.

Por cidadania regulada entendo o conceito de cidadania cujas raízes encontram-se não em um código de valores políticos, mas em um sistema de estratificação ocupacional, e que, ademais, tal sistema de estratificação ocupacional é definido por norma legal. Em outras palavras, são cidadãos todos aqueles membros da comunidade que

se encontram localizados em qualquer uma das ocupações reconhecidas e definidas em lei. (SANTOS, 1979, p. 75).

Reformulada a partir de baixo como projeto do trabalhador, tratava-se de estender a sociedade salarial para além das poucas categorias profissionais integradas pelo Estado Novo. O passar dos anos e a nova identidade do PT como gestor da questão social e partido a encabeçar a coalizão governamental trariam também o desgaste da longevidade em um país assolado pelo patrimonialismo. Apesar dos apelos e da convicção de Regina, já não era tão fácil carregar o partido para dentro de casa. Ela lamentava, no fim de 2014, que o filho mais velho, de 13 anos, havia se deixado levar pelo clima antipetista que tomou conta de parte da classe trabalhadora de São Paulo naquele ano. Ele manifestava desprezo pelo PT, reforçando o conteúdo geracional da aversão ao partido. Assim como Bourdieu (2012) e Beaud e Pialoux (2009) já haviam notado na França, os filhos da classe operária francesa

experimentam uma juventude que imita aspectos da adolescência burguesa. A passagem para o ensino médio cria, e às vezes aviva, o conflito entre o *ethos* operário dos pais e o *ethos* colegial dos filhos. A participação na cultura adolescente, a descoberta no colegial da ilegitimidade de certo número de práticas populares e a adoção (sob forte limitação orçamentária) de um estilo de vida colegial acarretam um certo distanciamento do meio de origem. (BOURDIEU, 2012, p. 181).

Jessé Souza (2010) vê essa população como uma nova classe trabalhadora que ascendeu socialmente e assimilou o empreendedorismo como valor e futuro almejado. Para Souza, tais segmentos economicamente emergentes seriam formados por trabalhadores que lutam incansavelmente para vencer as limitações impostas pela pobreza, daí a denominação de “batalhadores”. Baseado nessa definição e aplicando-a a uma larga parcela da classe trabalhadora beneficiada nos anos em que Lula esteve à frente do governo federal, o sociólogo critica os autores que atribuem à “mentalidade estatista” desse setor um entrave ideológico para o empreendedorismo.

Sobretudo entre os mais jovens, empreendedorismo é outro capítulo da *fuga para frente*, o deslocamento dessa massa de jovens da classe trabalhadora e sua recusa das profissões tradicionais em direção a uma incerta disputa das profissões de nível superior, da qual também faz parte a luta pelo diploma universitário. A pesquisa que desenvolvi com bolsistas do Prouni tinha, além de verificar o quanto o lulismo teria impactado esses jovens, o objetivo de interpretar de maneira mais abrangente o cotidiano e os desafios atrelados à sua condição de trabalhadores-estudantes no

capitalismo flexível. Assim, ter o empreendedorismo como ideal de vida se associa à mesma chave de interpretação que a fuga para frente representada pelo diploma apresenta, isto é, manter-se em condições de competição na disputa pelas poucas oportunidades de emprego e, se possível, superá-las: livrar-se do jugo despótico das chefias, algo frequente no telemarketing, e trabalhar de maneira tão precarizada quanto na nova economia uberizada, passa a ser sua grande expectativa.

Seguindo as trilhas dos mais jovens vão se delineando os perfis ambivalentes da modernidade globalizada: uma experiência social que se configura nos limiares e nas passagens entre mundos distintos, entre o universo empobrecido da periferia e os shoppings centers, os lugares prestigiosos de consumo e lazer (referências urbanas inescapáveis para essa geração), os baixos empregos do terciário moderno e os circuitos do trabalho precário que tangenciam os fluxos da riqueza plasmados nos espaços urbanos. São esses limiares e essas passagens (e seus bloqueios) que precisam ser bem compreendidos e bem situados, pois é aqui que se arma uma teia de relações (e tensões) que via de regra escapa às definições modelares de exclusão social ou segregação urbana. (TELLES, 2006, p. 180).

Luís Otávio, de 21 anos, morador do Itaim Paulista, na Zona Leste, acredita que incrementar o currículo é prioridade. Tanto que ele faz dois cursos ao mesmo tempo. Enquanto cursa Gestão de Tecnologia da Informação na mesma universidade de Regina com bolsa integral do Prouni, frequenta ainda um curso de Tecnologia da Informação em outra universidade privada da capital. Seu pai trabalhava em uma tecelagem no Bom Retiro, região central, e sua mãe tem uma oficina de costura em casa. Ele atribui toda sua disposição de estudar à namorada, mais velha, que o inscreveu nos dois cursos que faz. Luís Otávio trabalhou como escriturário no Banco do Brasil e saiu ao fim do contrato de um ano, quando recebia pouco menos de 1,5 salário mínimo.

Trabalhadores como Luís Otávio vivem pressionados pelas incertezas dos planos e empregos de curto prazo e pela busca desesperada, e muitas vezes irrefletida, por certificados redundantes. Essa busca pouco refletida por qualificações profissionais não chega a ser novidade diante da reprodução do trabalho precário, trabalho este que se configura como a condição do moderno capitalismo brasileiro. Ao lado das novas tecnologias e da era da informação, vem outra dimensão de mudança: a implosão das distinções entre tempo do trabalho e tempo do não-trabalho, ou a elevação exponencial do trabalho abstrato. Como podem jovens como ele evitar que as relações sociais “sucumbam aos comportamentos a curto prazo, ao espírito de reunião e, acima de tudo, à fraqueza da lealdade e

do compromisso mútuo que assinalam o moderno local de trabalho?” (SENNETT, 2012, p. 27). Luís Otávio procurava pontuar todas as suas respostas sobre política com declarações evasivas e comentários pontuais como “tem coisas boas e coisas ruins” e sobre o governo petista com “não posso afirmar que o governo é bom por causa do Prouni, porque, como eu já disse, também tem coisas ruins”. Sua falta de interesse pela política, como se vê, acompanha seu caráter a partir de suas relações de trabalho e pelo que lhe exige o Prouni e sua racionalidade gerencial.

Regina e Luís Otávio, ambos beneficiários de uma política pública lulista, representam dois polos do precariado presente na periferia de São Paulo, separando-se pelo lugar que ocupam no mundo do trabalho, e cuja cisão geracional expõe duas expressões da crise do lulismo. Os destinos deles, o do senhor que apresentei no começo deste artigo e o de Rafael Braga podem ter poucas semelhanças nas aparências, mas não escondem o que há por trás de tal heterogeneidade: o caminho sinuoso do trabalho precarizado e da gestão social os distancia e os aproxima no presente ou em um futuro comum. Na definição de Vera Telles (2006), eles são “viradores”, isto é, trabalhadores desqualificados ou semiquualificados e mal remunerados das periferias brasileiras que se agarram às oportunidades na alta rotatividade do mercado de trabalho brasileiro, no trânsito constante entre trabalho formal e informal. No caso de Luís Otávio e Rafael, a tarefa de decifrar seus valores demanda uma perspectiva diferente, contudo. Para eles nunca houve degradação das condições do mercado de trabalho. Eles “entraram em um mundo já revirado”, onde a precarização e o desemprego banalizaram-se, e as fronteiras entre o formal e o informal e entre o permanente e o temporário se sobrepõem em ritmo acelerado.

O aspecto geracional aqui atua de duas maneiras. Por um lado, a consolidação do discurso do mérito e do empreendedorismo encontra em personagens como o prefeito de São Paulo, João Doria, um representante à altura do espírito do tempo – valores que estão, hoje, presentes inclusive em setores considerados de esquerda, como empreendedores de classe média da economia criativa. Doria dedica especial atenção aos “batalhadores”, que precisarão trabalhar em condições de precariedade crescente para atingir um anseio incerto de ascensão social que não virá mais do Estado, mas da livre iniciativa, uma maneira sofisticada de descrever o sistema de seleção e eliminação pela competitividade que retornou com toda força na sequência da trégua lulista. Por outro, a extrema-direita busca na velha classe trabalhadora, reconhecida por ela como subjugada e órfã de seus tradicionais instrumentos de luta, a base para seu retorno triunfante.

Não apenas pelos motivos aqui assinalados, mas porque não há instrumentos nem formulações adequadas para entender, efetivamente,

quais são os espaços de intervenção e os problemas a serem abordados, bons diagnósticos acabam desperdiçados em propostas improváveis. É fato que as diversas formas de associativismo que atuam nas periferias hoje, sobretudo as das igrejas evangélicas, cumprem um papel fundamental “em favor da valorização da pessoa e das relações pessoais, gerando aumento de autoestima e impulso empreendedor no indivíduo, mas também fomentam a ajuda mútua por meio de laços de confiança e fidelidade” (ALMEIDA; D’ANDREA, 2004, p. 103), conclusão essa que a pesquisa da FPA também admite. Cumprem, portanto, o papel de organizar um discurso e estabelecer condições práticas atreladas à reprodução social de indivíduos massacrados pelo mundo do trabalho.

A esquerda fora do eixo e dentro da bolha?

Na banalização do sofrimento social (DEJOURS, 2007) do presente e na impossibilidade de vislumbre do futuro em que se encontram as populações das periferias, Doria e extremistas como a família Bolsonaro buscam reproduzir aqui a dinâmica que se instalou nos países do capitalismo central, como França e Estados Unidos. O retorno da fúria que emerge do sofrimento e que se insurge agora contra as formas estabelecidas e engessadas de militância e da política tradicional indica que ela foi até recentemente “pacificada” e que a alegação de que há uma “onda conservadora” é banal se não refletida em contexto. Esse conservadorismo, sobre o pano de fundo da reestruturação produtiva, é responsabilidade da própria esquerda em dois aspectos complementares: não poderia ter outro resultado a gestão da questão social pelo petismo, na esteira de propostas da ONU e do Banco Mundial, e a exaltação pós-moderna de um ativismo não classista e performático e de um cosmopolitismo de vencedores e intelectualizados. (Tornou-se lugar comum atribuir a vitória do *brexit* no Reino Unido aos trabalhadores brancos ressentidos quando, de fato, tratou-se de um conflito não mediado e não explicitado entre eles e os jovens bem-educados na nova economia flexível dos grandes centros econômicos e financeiros pró-europeus)¹³.

13 No Reino Unido como nos EUA, a globalização deixa para trás pessoas como o protagonista de *Eu, Daniel Blake*, de Ken Loach, e Linda Tirado, trabalhadora americana que relatou em uma rede social (e depois em livro) momentos espantosos do seu cotidiano. Aos que duvidaram do que contou, respondeu: “o problema é que muitas pessoas simplesmente não entendem a estratificação nas classes mais baixas. Eu não nasci em Appalachia sem água corrente. No Burger King, ganhei US\$ 28 mil por ano. Sim, você pode sobreviver com esse dinheiro. Mas esse não é o ponto. É uma semana de 90 horas. Como é sua vida enquanto você está sobrevivendo? Você pode manter uma família assim?”. Rachel Cooke, “Linda Tirado: ‘It was insane. I got 20,000 emails in a week’”, *The Guardian*, 21 set. 2014. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/society/2014/sep/21/linda-tirado-poverty-hand-to-mouth-interview>>. Acesso em: 16 jul. 2017.

Parafrazeando Walter Benjamin (2005) em sua crítica da noção progressista de progresso – que só se aprofunda –, a crítica ao pós-modernismo deve ser uma crítica ao capitalismo flexível em geral, inclusive às formas de ativismo de esquerda que subsomem os problemas que afligem a classe trabalhadora precarizada em nome de uma celebração das novas tecnologias, além de um identitarismo que consome a si mesmo e não articula as diversas lutas contra a opressão na luta geral contra o capitalismo e o aprofundamento do sofrimento gerado pela nova centralidade negativa do trabalho¹⁴.

Se ativistas e grupos de esquerda podem, sem muito embaraço, se mostrar como competidores exitosos na corrida pelas melhores posições do “capitalismo cognitivo”¹⁵, não surpreende que estes valores estejam suficientemente disseminados para comporem, neste momento, o alicerce da razão neoliberal hegemônica. Para responder a uma demanda por justiça social que não vai deixar de existir, utiliza-se da espetacularização e dos atos do chamado *acting out*¹⁶, que se pretende espontâneo, mas é mera repetição de fórmulas que, de modo geral, buscam chamar a atenção, mas não provocam grandes distúrbios na ordem das cidades, nem questionam o papel ou a existência da ordem institucional.

Esse tipo de ação performática de conteúdo sem radicalidade foi utilizado em diversas oportunidades nos últimos anos pela esquerda. O auge de sua contradição se daria nas jornadas de junho de 2013: jovens da periferia se atracavam com outros de classe média nas estações de trem, transformadas em um tribunal onde estes condenavam os primeiros por incitarem a passagem gratuita pelas catracas, o “pula catraca”. Curiosamente, em um movimento que nasceu tendo como uma de suas bandeiras a tarifa zero do Movimento Passe Livre (MPL), a desobediência civil era rechaçada pelos demais aos gritos de “sem vandalismo”, esvaaziando as manifestações de radicalidade para preservar o patrimônio e a

14 Nadya Araujo Guimarães (2005) nota que a centralidade do trabalho para os jovens, com a reestruturação produtiva, não advém predominantemente do seu *significado ético*, mas resulta de sua urgência enquanto *problema*, ou seja, “o sentido do trabalho é antes o de uma demanda a satisfazer que o de um valor a cultivar”.

15 Como diz o antropólogo Hermano Vianna, um dos principais consultores de Gilberto Gil durante sua gestão no Ministério da Cultura de Lula: “virtude é ocupar os dois extremos ao mesmo tempo. Por isso fico na Rede Globo e no software livre: ocupar os extremos sem escolher. Quando você escolhe uma posição, apaga uma parcela da complexidade da vida quando você acredita muito em alguma coisa se torna escravo, sem humor”. Bruno Torturra. “Grande Hermano”, *Revista Trip*, n. 157, jul. 2007.

16 Tory Oliveira. “A esquerda está viciada em seu próprio conforto”. *Carta Capital*, 09 mai. 2017. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/politica/a-esquerda-esta-viciada-em-seu-proprio-conforto>>. Acesso em: 19 maio 2017.

ordem institucional, rendição que reduziria o rechaço da mídia ao movimento (COSTA, 2013).

Exemplos podem vir de onde menos se espera. A decadência da esquerda europeia burocratizada ou que aderiu ao centro abre espaço para grupos autônomos que podem se institucionalizar ou não, mas entendem com bastante precisão quais são os problemas da classe trabalhadora local: o fechamento das empresas, que têm levado suas plantas sobretudo para a Ásia, a precarização das relações de trabalho nos postos que sobram, e a gentrificação de bairros e cidades inteiras pelo turismo desregulado.

Em Portugal, a heterodoxa aliança de esquerda, em âmbito parlamentar e sob liderança do governo do Partido Socialista, Bloco de esquerda, comunistas e verdes, tem conseguido reverter as consequências mais dramáticas das políticas de austeridade, iniciando um ciclo de crescimento econômico virtuoso em um país da periferia da Europa. Já na Espanha, a complexidade de alianças do tipo volta as expectativas de retomada da esquerda igualitária para fora da institucionalidade. Em Barcelona, onde visitei uma ocupação popular cultural no tradicional bairro de Gràcia, profundamente atingido pela hipervalorização dos imóveis e pelo desemprego nas atividades fabris, esse era o caminho apontado. A ocupação era resultado do 15M, a onda de protestos que tomou a Espanha em 2011 e que deu origem ao Podemos. Trata-se de um conjunto de galpões onde há cerca de 40 anos funcionavam fábricas de tecido, metalurgia, autopeças etc. Abandonados, teriam o mesmo destino de seu entorno, a construção de novos prédios de classe média e a descaracterização do bairro.

Em Barcelona, os sinais do repúdio ao turismo são visíveis em pichações nas cercanias das obras de Antonio Gaudí às estações de metrô. Terceira cidade mais visitada da Europa e apenas a 18ª maior, percebe-se o desastre na cultura catalã, espanholizada muito mais fortemente pelo capitalismo do que pelo Estado, e os efeitos deletérios da remodelação integral da cidade símbolo da resistência republicana durante a Guerra Civil Espanhola em um balneário turístico, processo relativamente recente que remonta às Olimpíadas de 1992.

Na *Can Battló* há hoje espaço para jovens e idosos, crianças e curiosos que vão ao lugar conhecer sua horta comunitária, quadras poliesportivas, e os antigos galpões que dão espaço para ensaios de companhias circenses e de teatro. Mais do que isso, há uma sociabilidade construída a partir das noções de solidariedade e resistência, pensados a partir de uma perspectiva “de baixo”. E o discurso entre eles é claro e articulado, desde Jordi, um senhor aposentado de 80 anos, até Adrián,

jovem de 30 e tantos anos que me atendia no balcão do bar: aquele era um espaço de oposição à gentrificação produzida pela indústria do turismo, que encareceu as habitações – quando não as desocupou para deixá-las disponíveis para os turistas – e expulsou a população desempregada ou mal empregada, fora uns poucos que ainda resistem, por exemplo, no bairro do Raval, historicamente ocupado por imigrantes africanos. No Barri Gòtic, o mais antigo da cidade, aqui e acolá se veem movimentos de luta pela qualidade da escola local, intervenções artísticas contra a gentrificação e pessoas organizadas e dispostas a permanecer no bairro. É uma luta que parece bastante distante da vitória para a população precarizada da maior cidade catalã, mas que traz resultados com base em um diagnóstico correto – a prefeita de Barcelona, Ada Colau, eleita por uma coligação de esquerda que não inclui os partidos tradicionais, é resultado direto dele.

Tem sido difícil reproduzir no Brasil essa dinâmica, mesmo quando, em grande medida, ela possa ser apropriada por uma lógica semelhante à da atuação do capital. Isso decorre da mesma vulgarização ideológica que Roberto Schwarz (2012) já apontara no distante 1977 em *As ideias fora do lugar* e a tentativa de implementação de uma ideologia liberal no Brasil, contorcionismo muito próximo do nosso atual deslumbramento com a esquerda pós-materialista, sobretudo estadunidense, como “prova de modernidade e distinção”, enquanto a ordem social brasileira desmorona. Característica associada ao papel ideológico desproporcional assumido pela classe média brasileira¹⁷ durante o regime militar e seu crescimento exponencial, que se explica, segundo Oliveira (1988), por seu papel assumido na *administração de sua própria medida*, isto é, onde ela começa e onde termina, de modo que o problema teórico de descrever sua irredutibilidade, isto é, aquilo que a torna distinguível das demais classes sociais, vai além de seu “vazio ontológico” para a teoria do valor, e ganha outra dimensão com o crescimento de seu papel na *regulação política da economia*,

17 Entendo aqui “classe média” com base na definição de Erik Olin Wright. Ao tratar de estrutura de classes, o autor utiliza três dimensões para defini-la: o interesse material (*material interests*), a experiência de vida (*lived experiences*), e a capacidade de ação coletiva (*capacities for collective action*). Para ele, são os interesses materiais que promovem uma base para a elaboração concreta da estrutura de classes, de modo que ele as divide, em sentido analítico, em interesses de bem-estar econômico (*economic welfare*) e interesses em relação ao poder econômico (*economic power*). Segundo Wright, “descrever membros de uma classe compartilhando interesses materiais comuns, portanto, sugere que eles compartilham dilemas comuns a respeito da ação coletiva assim como a busca individual por bem-estar e poder econômicos” (WRIGHT *et al.*, 1989, p. 287, tradução minha).

junto da elevação dos fundos públicos à condição de principal financiador da acumulação do capital no capitalismo contemporâneo.

No caso brasileiro, o regime militar, ao sufocar a mediação entre a classe trabalhadora e as estruturas oligopolizadas das empresas estatais e privadas, supervalorizou o papel da classe média na “intermediação sem mediações”, pois não há peso político em um dos lados da balança para que a mediação se faça necessária¹⁸. De modo que, na nova dinâmica da sociedade civil e dos movimentos sociais, a função de assessores e de técnicos revela a proeminência das funções de *traduzir* e *articular*. Sua metamorfose em centro político ocorrida durante o regime militar, em Estado de exceção, portanto, ampliou sua expressão em relação às demais classes, “conduzindo a uma regulação política com eliminação da esfera pública” e a consolidação da tendência de “super-representação” política. Na transição para a democracia, a consequência principal dessa transformação resulta na capacidade da classe média de influenciar os novos tempos democráticos em seus rumos como tradutora das demandas dos vastos setores sociais “populares”, função que atravessa a década de 1990, sofrendo uma inflexão apenas durante a vigência do lulismo, em que a adesão do “subproletariado” (SINGER, 2009) ao modo de regulação lulista, com a sua incorporação à sociedade de consumo, esvazia a função política da classe média, sendo substituída na administração da medida pela elite sindical petista (OLIVEIRA, 2013).

A partir desse momento, a classe média, em sua fração de esquerda, se retrai para si mesma, em sintonia com o rebaixamento global do horizonte de expectativas, e deliberadamente camufla a fonte da reprodução social, que é o trabalho. Quando olha para as classes baixas, transformando militância em atividade profissionalizada, reproduz a dinâmica do terceiro setor com base no *discurso do protagonismo juvenil*: a prescrição para que os “atores sociais” atomizados “façam coisas” para si e para a comunidade como mecanismo de inclusão da juventude pobre (SOUZA, 2008). Em última instância, trata-se da anulação da política pela individualização dos processos de negociação de medidas de interesse parcial. Discurso do mérito e desintegração radical na base da sociedade organizam esferas normativas incompatíveis em que o conflito é invisibilizado pela nova intermediação via processos tecnológicos. A juventude trabalhadora e precarizada vai sendo assim “formada” por fundações, ONGs e coletivos ligados ou patrocinados por gigantes da

18 Crescimento que acompanha, naturalmente, sua tendência estrutural, pois as classes médias são centrais na composição da demanda da indústria de bens duráveis (OLIVEIRA, 1988).

tecnologia como o Google, espraiando, como seria de se esperar, o mesmo discurso da inovação do Facebook e da Microsoft¹⁹.

O fato embaraçoso de que essa esquerda não coloca entre suas pautas um debate qualificado sobre a expulsão de populações de regiões valorizadas pelo capital imobiliário, alheia à proliferação descontrolada de “enclaves fortificados”, como Teresa Caldeira (2000) nomeia os condomínios e empreendimentos imobiliários construídos para oferecer autoexílio na cidade que considera hostil, e à pacificação da população pauperizada pela gestão racional, se explica pela sua própria condição de classe e, por vezes, por seus próprios interesses. De modo que a relativa relevância atual de seu ativismo encharcado do novo espírito do capitalismo²⁰ é em si a soma: 1) da burocratização e do utilitarismo que passou a dominar as relações entre as direções partidárias e sua base popular, esvaziando-as; e 2) do provimento de recursos humanos e dispositivos tecnológicos vinculados ao êxito individual na capacitação técnica para as novas funções próprias do capitalismo cognitivo (gestão de redes sociais, confecção de *websites*, comunicação e publicidade em tempo real). Assim, para além de suas atividades ordinárias – primeiramente, o exercício de uma razão instrumental por meio da concorrência por editais de políticas públicas de cultura –, fazem-se indispensáveis à tarefa de *tradução* das pautas da

19 Souza (2008) remete à diferenciação de Hannah Arendt entre o “fazer coisas” e a ação política, cujo primeiro, como prescrição de uma nova forma de política, preenche o indivíduo da ilusão de domínio e de visibilidade sobre a vida política. Portanto, da ilusão do poder. Um dos expoentes desse novo tipo de ativismo é o Coletivo Fora do Eixo, que ganhou destaque em 2013 com as manifestações de junho. Segundo o agitador cultural, parceiro do coletivo e ex-coordenador de juventude da prefeitura de São Paulo na gestão Marta Suplicy, Alexandre Yousseff, “o Fora do Eixo cria, portanto, uma geração que se utiliza sem a menor preocupação ideológica de aspectos positivos da organização dos movimentos de esquerda e de ações de marketing típicas dos liberais. É, como disse, o teórico da contracultura Cláudio Prado, a construção da geração pós-rancor, que não fica presa às questões filosóficas e mergulha radicalmente na utilização da cultura digital para fazer o que tem que ser feito”. Alexandre Yousseff. “O partido pós-rancor”, *Revista Trip*, n. 199, 12 mai. 2011.

20 É comum para esses grupos a utilização da gramática empresarial e da gestão, especialmente na disputa por editais de políticas públicas, reproduzindo literalmente o novo espírito do capitalismo de que falam Boltanski e Chiapello (2009) a partir do estudo minucioso dos manuais empresariais. Em artigo coletivo, o site *Passa Palavra* resume dessa forma essa atividade empresarial: “O Fora do Eixo é uma máquina de obtenção de editais, públicos e privados. Para tanto, a produção coletiva de grandes eventos ou as campanhas massivas pela internet, por qualquer tema que for, desempenham aqui um papel especial: elas são demonstrações da capacidade que o circuito tem de mobilizar, coordenar e direcionar esforços de produção criativa, os quais, por sua vez, são capazes de atrair olhares e novas plateias. O que o Fora do Eixo negocia e oferece a governos e empresas com quem estabelece convênios e parcerias não é exatamente um produto artístico, mas precisamente esta capacidade de articular e gerir trabalho criativo e organizar plateias”. “Existe consenso em SP? Reflexões sobre a questão da cultura”. *Passa Palavra*, 18 fev. 2013. Disponível em: <<http://passapalavra.info/2013/02/72682>>. Acesso em: 10 jul. 2017.

esquerda tradicional, estabelecendo uma relação de clientela entre eles, se beneficiando do imperativo da participação que, respondendo ao perfil de relações sociais contemporâneas, convenientemente encontrou lugar adequado nas redes sociais.

É a relação cliente-empresa o aspecto mais curioso na relação entre essa “esquerda pós-fordista” e a esquerda tradicional, vinculada a movimentos sociais, partidos e mandatos parlamentares. Há alguns anos, ideólogos dessa “nova experiência de esquerda” sustentavam que seu papel enquanto “articulador de um novo tipo de sujeito social” era justamente superar e agir “fora da lógica fordista do assujeitamento”, o que lhe abriria a possibilidade de estabelecer relações “sem medo de aparelhamento” com o Estado, corporações e partidos (SAVAZONI, 2014, p. 95). Exemplos de atrelamento do Coletivo Fora do Eixo, ou de seus braços setoriais, a Estado e partidos é mais que notável nos dias de hoje, não apenas através dos editais públicos e no lobby político, mas na prestação de serviços àquela “esquerda fordista” que renegava²¹.

Luta de classes

No outro polo da militância organizada em torno da noção cada vez menos precisa de progressismo, o campo democrático-popular também propõe disputar o jogo com as regras do adversário. Na disputa dos “batalhadores”, novos desbravadores do empreendedorismo, como descreve Jessé Souza, impõe-se o que se propõe ao final da pesquisa da FPA, isto é, adaptar discursos e bandeiras à “visão liberal” do sujeito periférico e ao neopentecostalismo em alta. A ideia de que isso seja possível e interessante do ponto de vista da esquerda é, no mínimo, exótica. Em vez disso, caberia identificar com mais clareza as principais lacunas desse programa, que não se restringe ao mundo do trabalho em seus mais importantes vetores de exploração e coloca as mulheres em situação de extrema vulnerabilidade e sujeição à precarização²², assim como a própria responsabilidade do PT na reafirmação dessa mentalidade, ao abrir mão do que o

21 Ao retornar ao Ministério da Cultura em 2015, Juca Ferreira nomeou alguns membros do Fora do Eixo para funções no MinC. Questionado, justificou que “eles têm uma experiência de uso cultural da internet que me interessa. Os órgãos públicos não podem ficar defasados e o MinC tem obrigação de buscar os que mais entendem em cada área que a gente precisa”. Tatiana Dias, “Somos um ministério pós-crise”, diz Juca Ferreira”. *Nexo*, 5 jan. 2016. Disponível em: <<https://www.nexojournal.com.br/entrevista/2016/01/05/%E2%80%98Somos-um-minist%C3%A9rio-p%C3%B3s-crise%E2%80%99-diz-Juca-Ferreira>>. Acesso em: 10 jul. 2017.

22 Um dos pontos defendidos pela reforma trabalhista de Temer é a possibilidade de que gestantes e lactantes trabalhem em locais insalubres, o que afeta especialmente as mulheres mais pobres, que detêm menor poder de negociação com o empregador.

diferenciava dos partidos convencionais e conservadores. Parece claro que algo se perdeu no caminho: o trabalho de base “na porta de fábrica”, que pressupõe interpretação precisa do trabalho precarizado e do avanço do capitalismo em suas diversas formas – no setor imobiliário, por exemplo – no contexto da crise do lulismo, e a radicalidade da ação consequente com seus propósitos, e não com a reação da mídia. Práxis que o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) produziu ao seguir esta lógica por quase três décadas, foi posta em prática na ocupação do bairro do Pinheirinho e deu as caras pela última vez no movimento dos estudantes secundaristas em vários estados do Brasil entre 2015 e 2016. Experiências interrompidas pela face violenta da gestão da questão social brasileira.

O novo tempo do mundo, entretanto, impõe uma pauta de pragmatismo e resistência, em que, quase sempre, a balança se inclina para o primeiro. Por ocasião de seu 6º Congresso Nacional, o MST passou a adotar em 2013 o que chamou de “Reforma Agrária Popular” em contraposição à sua versão “clássica”, priorizando melhorias nos assentamentos existentes, além da adoção da agroecologia e seu controverso manejo “sustentável”. Segundo João Paulo Rodrigues, um dos coordenadores nacionais do movimento,

No capitalismo brasileiro, não há espaço para reforma agrária clássica e não podemos cair no idealismo de dizer que por nossa vontade vai ter. Se a sociedade está dizendo que o agronegócio resolve as demandas principais da agricultura e a esquerda não tem força suficiente para impor um novo modelo, precisamos manter uma luta tática pela reforma agrária, um modelo que estamos chamando de reforma agrária popular. (...) O que é essa luta tática? É acumularmos força suficiente para ir arrancando do governo conquistas que possam garantir a organização de um território com produção agroecológica, agroindústria e um conjunto de medidas na área de educação e de saúde que sejam referências para a sociedade. (...) Nós achamos que podemos pelo menos atravessar esse deserto com essa tática nova.²³

A estratégia adotada pelo MST “de canalizar sua luta para a agroecologia e para a soberania alimentar num mundo que democratiza a pesticidência do agrotóxico e da transgenia” (PINASSI, 2014), reconquistando o apoio da classe média ao atender a seus pleitos, só pode ser compreendida pelo novo entendimento a respeito do que é aceitável na atual con-

23 Daniel Santini, “MST 30 anos: ‘Estamos no canto do ringue’”. Repórter Brasil, 11 fev. 2014. Disponível em: <<http://reporterbrasil.org.br/2014/02/mst-30-anos-estamos-no-canto-do-ringue>>. Acesso em: 22 maio 2017.

formação do regime de acumulação e, por conseguinte, do conflito distributivo durante e após o lulismo. Comentei em outra oportunidade (COSTA, 2017) que o *ethos* da parcela ativista dessa classe mantém, hoje, uma relação ambígua com os movimentos sociais tradicionais por conta de sua conversão à agenda pós-moderna²⁴ e anticlassista. Organizados em partidos como PSOL, Rede ou em coletivos de cultura, cibercultura e identitários, esses grupos recuaram nas últimas décadas em seu apoio aos movimentos sociais de reivindicação materialista como o MST e aos seus métodos (ocupações de terra, de multinacionais da indústria do agrotóxico e transgênicos etc.), práticas que construíram a legitimidade e a liderança do movimento nos anos 1990²⁵.

Este pressuposto explica em parte a guinada promovida pela direção do MST em direção ao ambientalismo, bandeira mais identificada com o ativismo do século XXI. Como aponta Isabel Loureiro (2017, p. 146), diante de fatores subjetivos (resistência à imposição do modelo cooperativista ainda em seus primeiros anos) e objetivos (mudanças nas políticas públicas de financiamento à pequena agricultura, experiências agroecológicas nos assentamentos etc.), o MST “se adaptou aos novos tempos, esperando ganhar aliados no campo e na cidade para sair do isolamento a que se viu submetido nos últimos anos”. Não obstante, a produção tradicional e orgânica é exercida por uma minoria de assentados, e por motivos estritamente econômicos. Ou seja, a “desradicalização” da classe média atuou concomitantemente ao rebaixamento de horizontes de sua própria atuação e pressionou os movimentos sociais populares a inverterem suas prioridades para fugir do isolamento político. Um risco ainda mais dramático e potencialmente irreversível é a inversão de seu próprio sentido de existência.

Para você fazer um sistema altamente produtivo de agroecologia vai precisar de agricultores familiares, que são os que têm interesse e conhecimento. Não é um sistema que opere bem com mão de obra assalariada, pois esta só funciona com tarefas simples como cortar

24 Harvey (2008, p. 161) indaga sobre a forma e a intensidade com que as normas, os hábitos e as atitudes culturais e políticas se modificaram a partir de 1970 integradas à transição do fordismo para a acumulação flexível. Para o geógrafo, “o movimento mais flexível do capital acentua o novo, o fugidio, o efêmero, o fugaz e o contingente da vida moderna, em vez dos valores mais sólidos implantados na vigência do fordismo. Na medida em que a ação coletiva se tornou, em consequência disso, mais difícil – tendo essa dificuldade constituído, com efeito, a meta central do impulso de incremento do controle do trabalho –, o individualismo exacerbado se encaixa no quadro geral como condição necessária, embora não suficiente, da transição do fordismo para a acumulação flexível”.

25 Não se pode desprezar que o estreito consentimento ativo das direções desses movimentos aos governos do PT estimularam os demais setores da esquerda a um afastamento mútuo. Contudo, gostaria de destacar aqui não divergências entre direções, mas o comportamento e as visões de mundo desse perfil específico *enquanto classe* e que não necessariamente representa o conjunto da militância de organizações como PSOL e Rede.

cana, colher maçã, conduzir o gado, etc. Se você vai pedir uma tarefa extremamente complexa ele não tem interesse, porque vai ganhar igual por hora de trabalho. E é o trabalho não alienado, com interesse direto de quem vive daquilo e de tudo que ele acumulou de conhecimento para fazer aquele negócio. Há uma simbiose perfeita entre a agroecologia levada a seu limite máximo e a agricultura familiar. Isso significa que no futuro precisa de muito mais agricultura familiar do que você tem hoje.²⁶

Contra a corrente

Comentando a respeito do “intelectual orgânico” no contexto da hegemonia petista e sobre o papel do partido na formulação de uma nova interpretação do Brasil e seu lugar na periferia do capitalismo contemporâneo, Paulo Arantes diz que o que hoje faz falta é uma verdadeira teoria crítica que supere dialeticamente os clássicos do pensamento social brasileiro.

Essa teoria crítica estava à disposição no fim dos anos 1970, quando o PT foi fundado, e ela desapareceu porque tinha acabado seu ciclo histórico – e o PT se encarregou de torná-la dispensável. E hoje o movimento que mais precisa disso é obrigado a ficar com os clássicos da tradição crítica brasileira. Claro, por formação, é preciso ler todo mundo. Mas não existe uma formulação adiante. O MST sabe na prática que não haverá mais reforma agrária no Brasil; mas se dissermos que a sociedade brasileira é uma construção interrompida, que não é mais uma sociedade nacional, que um projeto nacional não está na ordem do dia eles não entendem o que você está falando. Mas, por outro lado, eles sabem que não são formuladores estratégicos. (ARANTES, 2008, p. 124).

Essa é a contradição inerente à esquerda que se encantou com o lulismo. Por um lado, as conclusões tiradas pelos pesquisadores da FPA poderiam ser resumidas por meio da sua afirmação de que “o campo democrático-popular precisa produzir narrativas contra-hegemônicas mais consistentes e menos maniqueístas ou pejorativas sobre as noções de indivíduo, família, religião e segurança”. Não há dúvida de que o diálogo com as classes populares precisa se afastar das caracterizações pejorativas, que demonstram boa dose de prepotência e inflam a narrativa anti-intelectualista de que se aproveita a “nova direita”. Contudo, diante do que se expôs aqui, é necessário afirmar que a linha entre “produzir narrativas contra-hegemônicas” e fazer uso dos valores hegemônicos com ob-

26 Eduardo Sá, “O poder do agronegócio sobre os Estados na Rio+20”. *Brasil de Fato*, 4 mai. 2012. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/node/9444/>>. Acesso em: 10 jul. 2017.

jetivos meramente eleitorais – caminho este sem volta – é bastante tênue. Seria preciso que os adeptos desta estratégia tivessem consciência de que jogam no campo do adversário e que ele define as regras do jogo.

O petismo ganhou sobrevida diante do *impeachment* de Dilma, com a reaglutinação de porções da classe média que estavam afastadas do partido já há alguns anos e mobilizadas pela defesa da ordem democrática – movimento inserido na ampla convergência do que elas validam como politicamente aceitável. Contudo, entre a classe trabalhadora, o partido encontra-se na berlinda. Vê-se que a parcela mais estável, antiga e que povoa a chamada periferia consolidada aderiu ao antipetismo com vigor, vendo-se acuada nos últimos anos pela ascensão econômica do “subproletariado” relativamente maior e mais rápida que a dela, porém sem conseguir chegar ao conforto da classe média, posicionada no centro do tecido social. Irritada e ressentida, se volta a soluções autoritárias em movimento semelhante ao que culminou na eleição de Donald Trump²⁷. Abaixo dela, uma insatisfação muito grande já acompanhava os estertores do governo Dilma, sobretudo pelo desemprego em movimento ascendente no período. As consequências da precarização podem ser vistas na violência e na sensação de insegurança que atingem inclusive a classe média, embora ela disponha de uma rede de proteção com a qual a massa precarizada nem pode sonhar.

“Acreditar na política”, como quer o ex-presidente Lula, significa acreditar no modo de regulação por ele implementado. Nele, a gestão da questão social por suas conhecidas políticas públicas é o aspecto mais visível. Indica, ainda, que não há alternativa ao pacto conservador (SINGER, 2009) – ou, como ele mesmo diz, seu “jeito de governar” – que viabilizou esse modelo, o qual retornará triunfante com uma possível volta do lulismo ao poder. Por fim, implica, como diz Braga (2012), no consentimento passivo da base da sociedade às direções dos sindicatos e movimentos sociais e na gestão violenta de movimentos de divergência. Tudo isso sobre uma remodelada base econômica neodesenvolvimentista na aparência e de austeridade na realidade prática da crise econômica sem, no entanto, a perspectiva de uma renovada demanda por *commodities* de dimensão chinesa que pudesse lhe permitir um novo passe de mágica.

27 Uma das explicações para a vitória de Trump é a de que o republicano, ao concentrar boa parte de sua campanha em estados tradicionalmente democratas e de vocação industrial como Ohio, Michigan, Pensilvânia e Wisconsin, expôs populações falidas e deixadas para trás pela reestruturação produtiva e a imposição da China como matriz industrial do mundo. Ver, por exemplo, Marc Bassets. “O fenômeno Trump, explicado desde o epicentro da pobreza nos EUA”, *El País*, 15 out. 2016. Disponível em: <http://brasil.elpais.com/brasil/2016/10/10/internacional/1476125981_315929.html>. Acesso em: 19 maio 2017.

Por outro lado, em junho de 2013 surgiu uma massa de pessoas “ingovernáveis”, que por circunstâncias diretamente relacionadas ao trabalho, estão relativamente fora – a viração pode da noite para o dia reverter vidas instabilizadas – de algum nicho focalizável pelos programas sociais. Estes estiveram presentes também nas ocupações de escolas públicas por secundaristas que sabem que, se seguirem o projeto que o Estado lhes destinou, farão parte do próximo precariado no mercado de trabalho em contínua degradação. Contra essa situação se insurgem, pois sentem na pele o papel cumprido pela escola pública para a perpetuação do *status quo* e, como as próximas levas de universitários do Prouni, do Fies, serão também vítimas da gestão racional de recursos humanos idealizada por economistas liberais, até pouco tempo atrás tocada exatamente pelo campo “democrático-popular”. Está aí o tipo de movimento que pode reivindicar um futuro.

BIBLIOGRAFIA

ABÍLIO, Ludmila Costhek. *Dos traços da desigualdade ao desenho da gestão: trajetórias de vida e programas sociais na periferia de São Paulo*. Dissertação de mestrado. FFLCH-USP, São Paulo, 2005.

_____. Uberização do trabalho: subsunção real da viração. *Passa Palavra*, 19 fev. 2017. Disponível em: <<http://passapalavra.info/2017/02/110685>>. Acesso em: 19 maio 2017.

ALMEIDA, Ronaldo de; D'ANDREA, Tiaraju. Pobreza e redes sociais em uma favela paulistana. *Novos Estudos*, n. 68, mar. 2004.

ANTUNES, Ricardo; BRAGA, Ruy. *Infoproletários: degradação real do trabalho virtual*. São Paulo: Boitempo, 2009.

ARANTES, Paulo. *O novo tempo do mundo: e outros estudos sobre a era da emergência*. São Paulo: Boitempo, 2014.

_____. Precisamos de algo politicamente revelador e contundente. In: LOUREIRO, Isabel. (Org.). *Socialismo ou barbárie: Rosa Luxemburgo no Brasil*. São Paulo: Estação das Artes, 2008.

BEAUD, Stéphane; PIALOUX, Michel. *Retorno à condição operária: investigação em fábricas da Peugeot na França*. São Paulo: Boitempo, 2009.

_____. Permanentes e temporários. In: BOURDIEU, Pierre. (Org.). *A miséria do mundo*. Petrópolis: Vozes, 2012.

BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito de história. In: _____. *O anjo da história*. Belo Horizonte: Autêntica, 2016.

BOITO JR., Armando; BERRINGER, Tatiana. Brasil: classes sociais, neodesenvolvimentismo e política externa nos governos Lula e Dilma. *Revista de Sociologia e Política*, v. 21, n. 47, set. 2013.

BOLTANSKI, Luc; CHIAPELLO, Eve. *O novo espírito do capitalismo*. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2009.

BOURDIEU, Pierre. As contradições da herança. In: _____. (Org.) *A miséria do mundo*. Petrópolis: Vozes, 2012.

BRAGA, Ruy. *A política do precariado: do populismo à hegemonia lulista*. São Paulo: Boitempo, 2012.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. *Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo*. São Paulo: Editora 34; Edusp, 2000.

CARDOSO, Adalberto. Uma utopia brasileira: Vargas e a construção do estado de bem-estar numa sociedade estruturalmente desigual. *Dados*, Rio de Janeiro, vol. 53, n. 4, 2010.

CASTEL, Robert. *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*. Petrópolis: Vozes, 2015.

COSTA, Henrique. Eles não vão ao Starbucks. *Outras Palavras*, 17 nov. 2016. Disponível em: <<http://outraspalavras.net/brasil/eles-nao-va-ao-starbucks/>>. Acesso em: 19 maio 2017.

_____. *Entre o lulismo e o ceticismo: um estudo de caso com prounistas de São Paulo*. Dissertação de mestrado. FFLCH-USP, São Paulo, 2015.

_____. O presente e o futuro das jornadas de junho. *Carta Maior*, 11 ago. 2013. Disponível em: <<http://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Politica/O-presente-e-o-futuro-das-jornadas-de-junho/4/28321>>. Acesso em: 19 maio 2017.

DIEESE. *Os números da rotatividade no Brasil*: um olhar sobre os dados da Rais 2002-2013. São Paulo: 2014.

FELTRAN, Gabriel de Santis. 'Trabalhadores' e 'bandidos' na mesma família. In: CABANES, Robert et al. (Orgs.). *Saídas de emergência*: ganhar/perder a vida na periferia de São Paulo. São Paulo: Boitempo, 2011.

_____. Vinte anos depois: a construção democrática brasileira vista da periferia de São Paulo. *Lua Nova*, São Paulo, n. 72, 2007.

FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO. *Percepções e valores políticos na periferia de São Paulo*. São Paulo: 2017.

GUIMARÃES, Nadya Araujo. "Trabalho: uma categoria-chave no imaginário juvenil?". In: ABRAMO, Helena Wendel; BRANCO, Pedro Paulo Martoni (orgs). *Retratos da juventude brasileira: análises de uma pesquisa nacional*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2005.

HARVEY, David. *A condição pós-moderna*. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

LOUREIRO, Isabel. Agronegócio, resistência e pragmatismo. In: SINGER, André; LOUREIRO, Isabel. (Orgs.). *As contradições do lulismo*: a que pontos chegamos? São Paulo: Boitempo, 2016.

OLIVEIRA, Francisco de. *Crítica à razão dualista / O ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo, 2003.

_____. Medusa ou as classes médias e a consolidação democrática In: REIS, Fábio Wanderley; O'DONNELL, Guillermo. *A democracia no Brasil*: dilemas e perspectivas. São Paulo: Vértice, 1988.

PAOLI, Maria Célia. O mundo do indistinto: sobre gestão, violência e política. In: OLIVEIRA, Francisco de; RIZEK, Cibele Saliba. *A era da indeterminação*. São Paulo: Boitempo, 2007.

PAULANI, Leda. A crise do regime de acumulação com dominância da valorização financeira e a situação do Brasil. *Estudos Avançados*, São Paulo, n. 23, 2009.

PINASSI, Maria Orlanda. Balanço dos 30 anos do MST. *Correio da Cidadania*, 24 fev. 2014. Disponível em: <<http://www.correiocidadania.com.br/politica/9378-25-02-2014-balanco-dos-30-anos-do-mst>>. Acesso em: 19 maio 2017.

POCHMANN, Márcio. *Nova classe média?* O trabalho na base da pirâmide social brasileira. São Paulo: Boitempo, 2012.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. *Cidadania e justiça*. Rio de Janeiro: Campus. 1979.

SAVAZONI, R. *Os novos bárbaros: a aventura política do fora do eixo*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2014.

SCHWARZ, Roberto. *Ao vencedor as batatas*. São Paulo: Duas Cidades; Editora 34, 2012.

SENNETT, Richard. *A corrosão do caráter*: consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo. Rio de Janeiro: Record, 2012.

SINGER, André. Brasil, junho de 2013: classes e ideologias cruzadas. *Novos Estudos*, São Paulo, n. 97, nov. 2013.

_____. Raízes sociais e ideológicas do lulismo. *Novos Estudos*, São Paulo, n. 85, nov. 2009.

SOUZA, Jessé. *Os batalhadores brasileiros: nova classe média ou nova classe trabalhadora?* Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

SOUZA, Regina Magalhães de. *O discurso do protagonismo juvenil*. São Paulo: Paulus, 2008.

TELLES, Vera da Silva. Mutações do trabalho e experiência urbana. *Tempo Social*, v. 18, n. 1, jun. 2006.

WRIGHT, Erik Olin et al. *The debate on classes*. London: Verso, 1989.

CADERNOS IHU IDEIAS

- N. 01 *A teoria da justiça de John Rawls* – José Nedel
- N. 02 *O feminismo ou os feminismos: Uma leitura das produções teóricas* – Edla Eggert
- N. 03 *O Serviço Social junto ao Fórum de Mulheres em São Leopoldo* – Clair Ribeiro Ziebell e Acadêmicas Anemarie Kirsch Deutrich e Magali Beatriz Strauss
- N. 04 *O programa Linha Direta: a sociedade segundo a TV Globo* – Sonia Montañó
- N. 05 *Ermani M. Fiori – Uma Filosofia da Educação Popular* – Luiz Gilberto Kronbauer
- N. 06 *O ruído de guerra e o silêncio de Deus* – Manfred Zeuch
- N. 07 *BRASIL: Entre a Identidade Vazia e a Construção do Novo* – Renato Janine Ribeiro
- N. 08 *Mundos televisivos e sentidos identitários na TV* – Suzana Klipp
- N. 09 *Simões Lopes Neto e a Invenção do Gaúcho* – Márcia Lopes Duarte
- N. 10 *Oligopólios midiáticos: a televisão contemporânea e as barreiras à entrada* – Valério Cruz Brittos
- N. 11 *Futebol, mídia e sociedade no Brasil: reflexões a partir de um jogo* – Édison Luis Gastaldo
- N. 12 *Os 100 anos de Theodor Adorno e a Filosofia depois de Auschwitz* – Márcia Tiburi
- N. 13 *A domesticação do exótico* – Paula Caleffi
- N. 14 *Pomeranas parceiras no caminho da roça: um jeito de fazer Igreja, Teologia e Educação Popular* – Edla Eggert
- N. 15 *Júlio de Castilhos e Borges de Medeiros: a prática política no RS* – Gunter Axt
- N. 16 *Medicina social: um instrumento para denúncia* – Stela Nazareth Meneghel
- N. 17 *Mudanças de significado da tatuagem contemporânea* – Débora Krischke Leitão
- N. 18 *As sete mulheres e as negras sem rosto: ficção, história e trivialidade* – Mário Maestri
- N. 19 *Um itinerário do pensamento de Edgar Morin* – Maria da Conceição de Almeida
- N. 20 *Os donos do Poder, de Raymundo Faoro* – Helga Irace-ma Ladgraf Piccolo
- N. 21 *Sobre técnica e humanismo* – Oswaldo Giacóia Junior
- N. 22 *Construindo novos caminhos para a intervenção sociotária* – Lucilda Selli
- N. 23 *Física Quântica: da sua pré-história à discussão sobre o seu conteúdo essencial* – Paulo Henrique Dionísio
- N. 24 *Atualidade da filosofia moral de Kant, desde a perspectiva de sua crítica a um solipsismo prático* – Valério Rohden
- N. 25 *Imagens da exclusão no cinema nacional* – Miriam Rossini
- N. 26 *A estética discursiva da tevê e a (des)configuração da informação* – Nísia Martins do Rosário
- N. 27 *O discurso sobre o voluntariado na Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS* – Rosa Maria Serra Bavaresco
- N. 28 *O modo de objetivação jornalística* – Beatriz Alcaraz Marocco
- N. 29 *A cidade afetada pela cultura digital* – Paulo Edison Belo Reyes
- N. 30 *Prevalência de violência de gênero perpetrada por companheiro: Estudo em um serviço de atenção primária à saúde – Porto Alegre, RS* – José Fernando Dresch Kronbauer
- N. 31 *Getúlio, romance ou biografia?* – Juremir Machado da Silva
- N. 32 *A crise e o êxodo da sociedade salarial* – André Gorz
- N. 33 *A meia luz: a emergência de uma Teologia Gay – Seus dilemas e possibilidades* – André Sidnei Muskopf
- N. 34 *O vampirismo no mundo contemporâneo: algumas considerações* – Marcelo Pizarro Noronha
- N. 35 *O mundo do trabalho em mutação: As reconfigurações e seus impactos* – Marco Aurélio Santana
- N. 36 *Adam Smith: filósofo e economista* – Ana Maria Bianchi e Antonio Tiago Loureiro Araújo dos Santos
- N. 37 *Igreja Universal do Reino de Deus no contexto do emergente mercado religioso brasileiro: uma análise antropológica* – Airton Luiz Jungblut
- N. 38 *As concepções teórico-analíticas e as proposições de política econômica de Keynes* – Fernando Ferrari Filho
- N. 39 *Rosa Egipcíaca: Uma Santa Africana no Brasil Colonial* – Luiz Mott
- N. 40 *Malthus e Ricardo: duas visões de economia política e de capitalismo* – Gentil Corazza
- N. 41 *Corpo e Agenda na Revista Feminina* – Adriana Braga
- N. 42 *A (anti)filosofia de Karl Marx* – Leda Maria Paulani
- N. 43 *Veblen e o Comportamento Humano: uma avaliação após um século de “A Teoria da Classe Ociosa”* – Leonardo Monteiro Monasterio
- N. 44 *Futebol, Mídia e Sociabilidade. Uma experiência etnográfica* – Édison Luis Gastaldo, Rodrigo Marques Leister, Ronei Teodoro da Silva e Samuel McGinity
- N. 45 *Genealogia da religião. Ensaio de leitura sistêmica de Marcel Gauchet. Aplicação à situação atual do mundo* – Gérard Donnadieu
- N. 46 *A realidade quântica como base da visão de Teilhard de Chardin e uma nova concepção da evolução biológica* – Lothar Schäfer
- N. 47 *“Esta terra tem dono”. Disputas de representação sobre o passado missionário no Rio Grande do Sul: a figura de Sepé Tiaraju* – Ceres Karam Brand
- N. 48 *O desenvolvimento econômico na visão de Joseph Schumpeter* – Achyles Barcelos da Costa
- N. 49 *Religião e elo social. O caso do cristianismo* – Gérard Donnadieu
- N. 50 *Copérnico e Kepler: como a terra saiu do centro do universo* – Geraldo Monteiro Sigaud
- N. 51 *Modernidade e pós-modernidade – luzes e sombras* – Evilázio Teixeira
- N. 52 *Violências: O olhar da saúde coletiva* – Éilda Azevedo Hennington e Stela Nazareth Meneghel
- N. 53 *Ética e emoções morais* – Thomas Kesseling
- N. 54 *Juízos ou emoções: de quem é a primazia na moral?* – Adriano Naves de Brito
- N. 55 *Computação Quântica. Desafios para o Século XXI* – Fernando Haas
- N. 56 *Atividade da sociedade civil relativa ao desarmamento na Europa e no Brasil* – An Vranckx
- N. 57 *Terra habitável: o grande desafio para a humanidade* – Gilberto Dupas
- N. 58 *O decrescimento como condição de uma sociedade convívil* – Serge Latouche
- N. 59 *A natureza da natureza: auto-organização e caos* – Günter Küppers
- N. 60 *Sociedade sustentável e desenvolvimento sustentável: limites e possibilidades* – Hazel Henderson
- N. 61 *Globalização – mas como?* – Karen Gloy
- N. 62 *A emergência da nova subjetividade operária: a sociabilidade invertida* – Cesar Sanson
- N. 63 *Incidente em Antares e a Trajetória de Ficção de Erico Veríssimo* – Regina Zilberman

- N. 62 *Três episódios de descoberta científica: da caricatura empirista a uma outra história* – Fernando Lang da Silveira e Luiz O. Q. Peduzzi
- N. 63 *Negações e Silenciamentos no discurso acerca da Juventude* – Cátia Andressa da Silva
- N. 64 *Getúlio e a Gira: a Umbanda em tempos de Estado Novo* – Artur Cesar Isia
- N. 65 *Darcy Ribeiro e o O povo brasileiro: uma alegoria humanista tropical* – Léa Freitas Perez
- N. 66 *Adoecer: Morrer ou Viver? Reflexões sobre a cura e a não cura nas reduções jesuítico-guaranis (1609-1675)* – Eliane Cristina Deckmann Fleck
- N. 67 *Em busca da terceira margem: O olhar de Nelson Pereira dos Santos na obra de Guimarães Rosa* – João Guilherme Barone
- N. 68 *Contingência nas ciências físicas* – Fernando Haas
- N. 69 *A cosmologia de Newton* – Ney Lemke
- N. 70 *Física Moderna e o paradoxo de Zenon* – Fernando Haas
- N. 71 *O passado e o presente em Os Inconfidentes, de Joaquim Pedro de Andrade* – Miriam de Souza Rossini
- N. 72 *Da religião e de juventude: modulações e articulações* – Léa Freitas Perez
- N. 73 *Tradição e ruptura na obra de Guimarães Rosa* – Eduardo F. Coutinho
- N. 74 *Raça, nação e classe na historiografia de Moysés Vellinho* – Mário Maestri
- N. 75 *A Geologia Arqueológica na Unisinos* – Carlos Henrique Nowatzki
- N. 76 *Campesinato negro no período pós-abolição: repensando Coronelismo, enxada e voto* – Ana Maria Lugão Rios
- N. 77 *Progresso: como mito ou ideologia* – Gilberto Dupas
- N. 78 *Michael Aglietta: da Teoria da Regulação à Violência da Moeda* – Octavio A. C. Conceição
- N. 79 *Dante de Laytano e o negro no Rio Grande Do Sul* – Moacyr Flores
- N. 80 *Do pré-urbano ao urbano: A cidade missionária colonial e seu território* – Arno Alvarez Kern
- N. 81 *Entre Canções e versos: alguns caminhos para a leitura e a produção de poemas na sala de aula* – Gláucia de Souza
- N. 82 *Trabalhadores e política nos anos 1950: a ideia de "sindicalismo populista" em questão* – Marco Aurélio Santana
- N. 83 *Dimensões normativas da Bioética* – Alfredo Culleton e Vicente de Paulo Barretto
- N. 84 *A Ciência como instrumento de leitura para explicar as transformações da natureza* – Attico Chassot
- N. 85 *Demanda por empresas responsáveis e Ética Concorrencial: desafios e uma proposta para a gestão da ação organizada do varejo* – Patrícia Almeida Ashley
- N. 86 *Autonomia na pós-modernidade: um delírio?* – Mario Fleig
- N. 87 *Gauchismo, tradição e Tradicionalismo* – Maria Eunice Maciel
- N. 88 *A ética e a crise da modernidade: uma leitura a partir da obra de Henrique C. de Lima Vaz* – Marcelo Perine
- N. 89 *Limites, possibilidades e contradições da formação humana na Universidade* – Laurício Neumann
- N. 90 *Os índios e a História Colonial: lendo Cristina Pompa e Regina Almeida* – Maria Cristina Bohn Martins
- N. 91 *Subjetividade moderna: possibilidades e limites para o cristianismo* – Franklin Leopoldo e Silva
- N. 92 *Saberes populares produzidos numa escola de comunidade de catadores: um estudo na perspectiva da Etnomatemática* – Daiane Martins Bocasanta
- N. 93 *A religião na sociedade dos indivíduos: transformações no campo religioso brasileiro* – Carlos Alberto Steil
- N. 94 *Movimento sindical: desafios e perspectivas para os próximos anos* – Cesar Sanson
- N. 95 *De volta para o futuro: os precursores da nanotecnociência* – Peter A. Schulz
- N. 96 *Vianna Moog como intérprete do Brasil* – Enildo de Moura Carvalho
- N. 97 *A paixão de Jacobina: uma leitura cinematográfica* – Marín Andrea Kunz
- N. 98 *Resiliência: um novo paradigma que desafia as religiões* – Susana Maria Rocca Larrosa
- N. 99 *Sociabilidades contemporâneas: os jovens na lan house* – Vanessa Andrade Pereira
- N. 100 *Autonomia do sujeito moral em Kant* – Valério Rohden
- N. 101 *As principais contribuições de Milton Friedman à Teoria Monetária: parte 1* – Roberto Camps Moraes
- N. 102 *Uma leitura das inovações bio(nano)tecnológicas a partir da sociologia da ciência* – Adriano Premevida
- N. 103 *ECODI – A criação de espaços de convivência digital virtual no contexto dos processos de ensino e aprendizagem em metaverso* – Eliane Schlemmer
- N. 104 *As principais contribuições de Milton Friedman à Teoria Monetária: parte 2* – Roberto Camps Moraes
- N. 105 *Futebol e identidade feminina: um estudo etnográfico sobre o núcleo de mulheres gremistas* – Marcelo Pizarro Noronha
- N. 106 *Justificação e prescrição produzidas pelas Ciências Humanas: Igualdade e Liberdade nos discursos educacionais contemporâneos* – Paula Corrêa Henning
- N. 107 *Da civilização do segredo à civilização da exibição: a família na vitrine* – Maria Isabel Barros Bellini
- N. 108 *Trabalho associado e ecologia: vislumbrando um ethos solidário, temo e democrático?* – Telmo Adams
- N. 109 *Transumanismo e nanotecnologia molecular* – Celso Candido de Azambuja
- N. 110 *Formação e trabalho em narrativas* – Leandro R. Pinheiro
- N. 111 *Autonomia e submissão: o sentido histórico da administração* – Yeda Crusius no Rio Grande do Sul – Mário Maestri
- N. 112 *A comunicação paulina e as práticas publicitárias: São Paulo e o contexto da publicidade e propaganda* – Denis Gerson Simões
- N. 113 *Isto não é uma janelas: Flusser, Surrealismo e o jogo contra* – Esp. Yentí Delanhesi
- N. 114 *SBT: jogo, televisão e imaginário de azar brasileiro* – Sonia Montano
- N. 115 *Educação cooperativa solidária: perspectivas e limites* – Carlos Daniel Baioto
- N. 116 *Humanizar o humano* – Roberto Carlos Fávero
- N. 117 *Quando o mito se torna verdade e a ciência, religião* – Róber Freitas Bachinski
- N. 118 *Colonizando e descolonizando mentes* – Marcelo Dascal
- N. 119 *A espiritualidade como fator de proteção na adolescência* – Luciana F. Marques e Débora D. Dell'Aglio
- N. 120 *A dimensão coletiva da liderança* – Patrícia Martins Fagundes Cabral e Nedio Seminotti
- N. 121 *Nanotecnologia: alguns aspectos éticos e teológicos* – Eduardo R. Cruz
- N. 122 *Direito das minorias e Direito à diferenciação* – José Rogério Lopes
- N. 123 *Os direitos humanos e as nanotecnologias: em busca de marcas regulatórios* – Wilson Engelmann
- N. 124 *Desejo e violência* – Rosane de Abreu e Silva
- N. 125 *As nanotecnologias no ensino* – Solange Binotto Fagan
- N. 126 *Câmara Cascudo: um historiador católico* – Bruna Rafaela de Lima
- N. 127 *O que o câncer faz com as pessoas? Reflexos na literatura universal: Leo Tolstói – Thomas Mann – Alexander Soljenitsin – Philip Roth – Karl-Josef Kuschel*
- N. 128 *Dignidade da pessoa humana e o direito fundamental à identidade genética* – Ingo Wolfgang Sarlet e Selma Rodrigues Petterle
- N. 129 *Aplicações de caos e complexidade em ciências da vida* – Ivan Amaral Guerrini
- N. 130 *Nanotecnologia e meio ambiente para uma sociedade sustentável* – Paulo Roberto Martins

- N. 131 *A philia como critério de inteligibilidade da mediação comunitária* – Rosa Maria Zaia Borges Abrão
- N. 132 *Linguagem, singularidade e atividade de trabalho* – Marlene Teixeira e Ederson de Oliveira Cabral
- N. 133 *A busca pela segurança jurídica na jurisdição e no processo sob a ótica da teoria dos sistemas sociais de Nicklass Luhmann* – Leonardo Grison
- N. 134 *Motores Biomoleculares* – Ney Lemke e Luciano Hennemann
- N. 135 *As redes e a construção de espaços sociais na digitalização* – Ana Maria Oliveira Rosa
- N. 136 *De Marx a Durkheim: Algumas apropriações teóricas para o estudo das religiões afro-brasileiras* – Rodrigo Marques Leistner
- N. 137 *Redes sociais e enfrentamento do sofrimento psíquico: sobre como as pessoas reconstroem suas vidas* – Breno Augusto Souto Maior Fontes
- N. 138 *As sociedades indígenas e a economia do dom: o caso dos guaranis* – Maria Cristina Bohn Martins
- N. 139 *Nanotecnologia e a criação de novos espaços e novas identidades* – Marise Borba da Silva
- N. 140 *Platão e os Guarani* – Beatriz Helena Domingues
- N. 141 *Direitos humanos na mídia brasileira* – Diego Airoso da Motta
- N. 142 *Jornalismo Infantil: Apropriações e Aprendizagens de Crianças na Recepção da Revista Recreio* – Greycy Vargas
- N. 143 *Derrida e o pensamento da desconstrução: o redimensionamento do sujeito* – Paulo Cesar Duque-Estrada
- N. 144 *Inclusão e Biopolítica* – Maura Corcini Lopes, Kamila Lockmann, Morgana Domênica Hattge e Viviane Klaus
- N. 145 *Os povos indígenas e a política de saúde mental no Brasil: composição simétrica de saberes para a construção do presente* – Bianca Sordi Stock
- N. 146 *Reflexões estruturais sobre o mecanismo de REDD* – Camila Moreno
- N. 147 *O animal como próximo: por uma antropologia dos movimentos de defesa dos direitos animais* – Caetano Sordi
- N. 148 *Avaliação econômica de impactos ambientais: o caso do aterro sanitário em Canoas-RS* – Fernanda Schutz
- N. 149 *Cidadania, autonomia e renda básica* – Josué Pereira da Silva
- N. 150 *Imagética e formações religiosas contemporâneas: entre a performance e a ética* – José Rogério Lopes
- N. 151 *As reformas político-econômicas pombalinas para a Amazônia: e a expulsão dos jesuítas do Grão-Pará e Maranhão* – Luiz Fernando Medeiros Rodrigues
- N. 152 *Entre a Revolução Mexicana e o Movimento de Chiapas: a tese da hegemonia burguesa no México ou "por que voltar ao México 100 anos depois"* – Claudia Wasserman
- N. 153 *Globalização e o pensamento econômico franciscano: Orientação do pensamento econômico franciscano e Caritas in Veritate* – Stefano Zamagni
- N. 154 *Ponto de cultura teko arandu: uma experiência de inclusão digital indígena na aldeia kalowá e guarani Te'yikue no município de Caarapó-MS* – Neimar Machado de Sousa, Antonio Brand e José Francisco Sarmiento
- N. 155 *Civilizar a economia: o amor e o lucro após a crise econômica* – Stefano Zamagni
- N. 156 *Intermitências no cotidiano: a clínica como resistência inventiva* – Máio Francis Petry Londero e Simone Mainieri Paulon
- N. 157 *Democracia, liberdade positiva, desenvolvimento* – Stefano Zamagni
- N. 158 *"Passemos para a outra margem": da homofobia ao respeito à diversidade* – Omar Lucas Perroux Fortes de Sales
- N. 159 *A ética católica e o espírito do capitalismo* – Stefano Zamagni
- N. 160 *O Slow Food e novos princípios para o mercado* – Eriberto Nascente Silveira
- N. 161 *O pensamento ético de Henri Bergson: sobre As duas fontes da moral e da religião* – André Brayner de Farias
- N. 162 *O modus operandi das políticas econômicas keynesianas* – Fernando Ferrari Filho e Fábio Henrique Bittes Terra
- N. 163 *Cultura popular tradicional: novas mediações e legitimizações culturais de mestres populares paulistas* – André Luiz da Silva
- N. 164 *Será o decrescimento a boa nova de Ivan Illich?* – Serge Latouche
- N. 165 *Agostos! A "Crise da Legalidade": vista da janela do Consulado dos Estados Unidos em Porto Alegre* – Carla Simone Rodeghero
- N. 166 *Convivialidade e decrescimento* – Serge Latouche
- N. 167 *O impacto da plantação extensiva de eucalipto nas culturas tradicionais: Estudo de caso de São Luis do Paraitinga* – Marcelo Henrique Santos Toledo
- N. 168 *O decrescimento e o sagrado* – Serge Latouche
- N. 169 *A busca de um ethos planetário* – Leonardo Boff
- N. 170 *O salto mortal de Louk Hulsmán e a desinstitucionalização do ser: um convite ao abolicionismo* – Marco Antonio de Abreu Scapini
- N. 171 *Sub specie aeternitatis – O uso do conceito de tempo como estratégia pedagógica de religação dos saberes* – Gerson Egas Severo
- N. 172 *Theodor Adorno e a frieza burguesa em tempos de tecnologias digitais* – Bruno Pucci
- N. 173 *Técnicas de si nos textos de Michel Foucault: A influência do poder pastoral* – João Roberto Barros II
- N. 174 *Da mônada ao social: A intersubjetividade segundo Levinas* – Marcelo Fabri
- N. 175 *Um caminho de educação para a paz segundo Hobbes* – Lucas Mateus Dalsotto e Everaldo Cescon
- N. 176 *Da magnitude e ambivalência à necessária humanização da tecnociência segundo Hans Jonas* – Jelson Roberto de Oliveira
- N. 177 *Um caminho de educação para a paz segundo Locke* – Odair Camati e Paulo César Nodari
- N. 178 *Crime e sociedade estamental no Brasil: De como a ley es como la serpiente, solo pica a los descalzos* – Lenio Luiz Streck
- N. 179 *Um caminho de educação para a paz segundo Rousseau* – Mateus Boldori e Paulo César Nodari
- N. 180 *Limites e desafios para os direitos humanos no Brasil: entre o reconhecimento e a concretização* – Afonso Maria das Chagas
- N. 181 *Apátridas e refugiados: direitos humanos a partir da ética da alteridade* – Gustavo Oliveira de Lima Pereira
- N. 182 *Censo 2010 e religiões: reflexões a partir do novo mapa religioso brasileiro* – José Rogério Lopes
- N. 183 *A Europa e a ideia de uma economia civil* – Stefano Zamagni
- N. 184 *Para um discurso jurídico-penal libertário: a pena como dispositivo político (ou o direito penal como "discurso-limite")* – Augusto Jobim do Amaral
- N. 185 *A identidade e a missão de uma universidade católica na atualidade* – Stefano Zamagni
- N. 186 *A hospitalidade frente ao processo de reassentamento solidário aos refugiados* – Joseane Mariéle Schuck Pinto
- N. 187 *Os arranjos colaborativos e complementares de ensino, pesquisa e extensão na educação superior brasileira e sua contribuição para um projeto de sociedade sustentável no Brasil* – Marcelo F. de Aquino
- N. 188 *Os riscos e as loucuras dos discursos da razão no campo da prevenção* – Luis David Castiel
- N. 189 *Produções tecnológicas e biomédicas e seus efeitos produtivos e prescritivos nas práticas sociais e de gênero* – Marlene Tamanini
- N. 190 *Ciência e justiça: Considerações em torno da apropriação da tecnologia de DNA pelo direito* – Claudia Fonseca
- N. 191 *#VEMpraRUA: Outono brasileiro? Leituras* – Bruno Lima Rocha, Carlos Gadea, Giovanni Alves, Giuseppe Cocco, Luiz Werneck Vianna e Rudá Ricci
- N. 192 *A ciência em ação de Bruno Latour* – Leticia de Luna Freire

- N. 193 *Laboratórios e Extrações: quando um problema técnico se toma uma questão sociotécnica* – Rodrigo Ciconet Dornelles
- N. 194 *A pessoa na era da biopolítica: autonomia, corpo e subjetividade* – Heloisa Helena Barbosa
- N. 195 *Felicidade e Economia: uma retrospectiva histórica* – Pedro Henrique de Moraes Campetti e Tiago Wickstrom Alves
- N. 196 *A colaboração de Jesuítas, Leigos e Leigas nas Universidades confiadas à Companhia de Jesus: o diálogo entre humanismo evangélico e humanismo tecnocientífico* – Adolfo Nicolás
- N. 197 *Brasil: verso e reverso constitucional* – Fábio Konder Comparato
- N. 198 *Sem-religião no Brasil: Dois estranhos sob o guarda-chuva* – Jorge Claudio Ribeiro
- N. 199 *Uma ideia de educação segundo Kant: uma possível contribuição para o século XXI* – Felipe Bragagnolo e Paulo César Nodari
- N. 200 *Aspectos do direito de resistir e a luta social por moradia urbana: a experiência da ocupação Raízes da Praia* – Natalia Martinuzzi Castilho
- N. 201 *Desafios éticos, filosóficos e políticos da biologia sintética* – Jordi Maiso
- N. 202 *Fim da Política, do Estado e da cidadania?* – Roberto Romano
- N. 203 *Constituição Federal e Direitos Sociais: avanços e recuos da cidadania* – Maria da Glória Gohn
- N. 204 *As origens históricas do racionalismo, segundo Feyerabend* – Miguel Ângelo Flach
- N. 205 *Compreensão histórica do regime empresarial-militar brasileiro* – Fábio Konder Comparato
- N. 206 *Sociedade tecnológica e a defesa do sujeito: Technological society and the defense of the individual* – Kata Saravá
- N. 207 *Territórios da Paz: Territórios Produtivos?* – Giuseppe Cocco
- N. 208 *Justiça de Transição como Reconhecimento: limites e possibilidades do processo brasileiro* – Roberta Camineiro Baggio
- N. 209 *As possibilidades da Revolução em Elul* – Jorge Barrientos-Parra
- N. 210 *A grande política em Nietzsche e a política que vem em Agamben* – Márcia Rosane Junges
- N. 211 *Foucault e a Universidade: Entre o governo dos outros e o governo de si mesmo* – Sandra Caponi
- N. 212 *Verdade e História: arqueologia de uma relação* – José D'Assunção Barros
- N. 213 *A Relevante Herança Social do Pe. Amstad SJ* – José Odelso Schneider
- N. 214 *Sobre o dispositivo. Foucault, Agamben, Deleuze* – Sandro Chignola
- N. 215 *Repensar os Direitos Humanos no Horizonte da Libertação* – Alejandro Rosillo Martínez
- N. 216 *A realidade complexa da tecnologia* – Alberto Cupani
- N. 217 *A Arte da Ciência e a Ciência da Arte: Uma abordagem a partir de Paul Feyerabend* – Hans Georg Flickinger
- N. 218 *O ser humano na idade da técnica* – Humberto Galimberti
- N. 219 *A Racionalidade Contextualizada em Feyerabend e suas Implicações Éticas: Um Paralelo com Alasdair MacIntyre* – Halina Macedo Leal
- N. 220 *O Marquês de Pombal e a Invenção do Brasil* – José Eduardo Franco
- N. 221 *Neurofuturos para sociedades de controle* – Timothy Lenoir
- N. 222 *O poder judiciário no Brasil* – Fábio Konder Comparato
- N. 223 *Os marcos e as ferramentas éticas das tecnologias de gestão* – Jesús Conill Sancho
- N. 224 *O restabelecimento da Companhia de Jesus no extremo sul do Brasil (1842-1867)* – Luiz Fernando Medeiros Rodrigues
- N. 225 *O grande desafio dos indígenas nos países andinos: seus direitos sobre os recursos naturais* – Xavier Albó
- N. 226 *Justiça e perdão* – Xabier Etxebarria Mauleon
- N. 227 *Paraguai: primeira vigilância massiva norte-americana e a descoberta do Arquivo do Terror (Operação Condor)* – Martín Almada
- N. 228 *A vida, o trabalho, a linguagem. Biopolítica e biocapitalismo* – Sandro Chignola
- N. 229 *Um olhar biopolítico sobre a bioética* – Anna Quintanas Feixas
- N. 230 *Biopoder e a constituição étnico-racial das populações: Racialismo, eugenia e a gestão biopolítica da mestiçagem no Brasil* – Gustavo da Silva Kern
- N. 231 *Bioética e biopolítica na perspectiva hermenêutica: uma ética do cuidado da vida* – Jesús Conill Sancho
- N. 232 *Migrantes por necessidade: o caso dos senegaleses no Norte do Rio Grande do Sul* – Dirceu Benincá e Vânia Aguiar Pinheiro
- N. 233 *Capitalismo biocognitivo e trabalho: desafios à saúde e segurança* – Elsa Cristine Bevian
- N. 234 *O capital no século XXI e sua aplicabilidade à realidade brasileira* – Róber Iturrut Avila & João Batista Santos Conceição
- N. 235 *Biopolítica, raça e nação no Brasil (1870-1945)* – Mozart Linhares da Silva
- N. 236 *Economias Biopolíticas da Dívida* – Michael A. Peters
- N. 237 *Paul Feyerabend e Contra o Método: Quarenta Anos do Início de uma Provocação* – Halina Macedo Leal
- N. 238 *O trabalho nos frigoríficos: escravidão local e global?* – Leandro Inácio Walter
- N. 239 *Brasil: A dialética da dissimulação* – Fábio Konder Comparato
- N. 240 *O irrepresentável* – Homero Santiago
- N. 241 *O poder pastoral, as artes de governo e o estado moderno* – Castor Bartolomé Ruiz
- N. 242 *Uma crise de sentido, ou seja, de direção* – Stefano Zamagni
- N. 243 *Diagnóstico Socioterritorial entre o chão e a gestão* – Dirce Koga
- N. 244 *A função-educador na perspectiva da biopolítica e da governamentalidade neoliberal* – Alexandre Filordi de Carvalho
- N. 245 *Esquecer o neoliberalismo: aceleração como terceiro espírito do capitalismo* – Moisés da Fountoura Pinto Neto
- N. 246 *O conceito de subsunção do trabalho ao capital: rumo à subsunção da vida no capitalismo biocognitivo* – Andrea Fumagalli
- N. 247 *Educação, indivíduo e biopolítica: A crise do governo* – Dora Lilia Marin-Diaz
- N. 248 *Reinvenção do espaço público e político: o individualismo atual e a possibilidade de uma democracia* – Roberto Romano
- N. 249 *Jesuítas em campo: a Companhia de Jesus e a questão agrária no tempo do CLACIAS (1966-1980)* – Iraneudson Santos Costa
- N. 250 *A Liberdade Vigliada: Sobre Privacidade, Anonimato e Vigilantismo com a Internet* – Pedro Antonio Dourado de Rezende
- N. 251 *Políticas Públicas, Capitalismo Contemporâneo e os horizontes de uma Democracia Estrangeira* – Francini Lube Guizardi
- N. 252 *A Justiça, Verdade e Memória: Comissão Estadual da Verdade* – Carlos Frederico Guazzelli
- N. 253 *Reflexões sobre os espaços urbanos contemporâneos: quais as nossas cidades?* – Vinícius Nicastro Honesko
- N. 254 *Ubuntu como ética africana, humanista e inclusiva* – Jean-Bosco Kakozi Kashindi
- N. 255 *Mobilização e ocupações dos espaços físicos e virtuais: possibilidades e limites da reinvenção da política nas metrópoles* – Marcelo Castañeda
- N. 256 *Indicadores de Bem-Estar Humano para Povos Tradicionais: O caso de uma comunidade indígena na fronteira da Amazônia Brasileira* – Luiz Felipe Barbosa Lacerda e Luis Eduardo Acosta Muñoz
- N. 257 *Cerrado. O laboratório antropológico ameaçado pela desterritorialização* – Altair Sales Barbosa
- N. 258 *O impensado como potência e a desativação das máquinas de poder* – Rodrigo Karmy Bolton
- N. 259 *Identidade de Esquerda ou Pragmatismo Radical?* – Moisés Pinto Neto
- N. 260 *Itinerários versados: redes e identizações nas periferias de Porto Alegre?* – Leandro Rogério Pinheiro



Henrique Costa é doutorando no programa de pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), mestre em Ciência Política pela Universidade de São Paulo (USP) e graduado em Ciências Sociais pela mesma instituição. Atua principalmente nos seguintes temas: classes sociais, atitudes e ideologias políticas, sociologia urbana, sociologia do trabalho, análise de políticas públicas de educação e pensamento social brasileiro. Em suas pesquisas, tem se ocupado em interpretar a formação das classes sociais no Brasil, suas manifestações contemporâneas, especialmente entre jovens trabalhadores das grandes cidades, e as políticas públicas que têm incidido na questão social brasileira.

Algumas publicações do autor

COSTA, Henrique. *O Prouni entre o lulismo e o ceticismo: um estudo com bolsistas de São Paulo*. São Paulo: Alameda Editorial, 2017. No prelo.

_____. "No Prouni, pistas para compreender a crise do lulismo". São Paulo: *Outras Palavras*, 7 jun. 2016. Disponível em: <http://outraspalavras.net/brasil/no-prouni-pistas-para-compreender-a-crise-do-lulismo/>. Acesso em: 16 jul. 2017.

_____. "O presente e o futuro das jornadas de junho". São Paulo: *Carta Maior*, 11 ago. 2013. Disponível em: <http://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Politica/O-presente-e-o-futuro-das-jornadas-de-junho/4/28321>. Acesso em: 16 jul. 2017.

_____. "Eles não vão ao Starbucks". São Paulo: *Outras Palavras*, 17 nov. 2016. Disponível em: <http://outraspalavras.net/brasil/eles-nao-vaao-starbucks/>. Acesso em: 16 jul. 2017.

_____. "Amnésia". São Paulo: *Correio da Cidadania*, 31 maio 2016. Disponível em: <http://www.correiodacidade.com.br/politica/11710-31-05-2016-amnesia>. Acesso em: 16 jul. 2017.

_____. "O PT e seu eterno retorno". São Paulo: *Correio da Cidadania*, 13 mar. 2015. Disponível em: <http://www.correiodacidade.com.br/politica/10589-13-03-2015-o-pt-e-seu-eterno-retorno>. Acesso em: 16 jul. 2017.

Outras contribuições

COSTA, Henrique. *Setores políticos 'progressistas' e a compreensão enviesada e utilitarista da periferia*. Entrevista especial publicada por IHU On-Line, em 17/05/2017. Entrevista realizada por Patricia Fachin. Disponível em: <<https://goo.gl/IXAgfi>>. Acesso em: 16 jul. 2017.

_____. *Lula no centro do palco da Lava Jato. Reflexões sobre os desdobramentos do "despoimento de Curitiba"*. Entrevista especial publicada por IHU On-Line, em 12/05/2017. Entrevista realizada por João Vítor Santos e Patricia Fachin. Disponível em: <<https://goo.gl/AwI47a>>. Acesso em: 16 jul. 2017.

_____. *A periferia paulista substitui Lula por Doria e adere ao discurso do mérito sustentado pelo lulismo*. Entrevista especial publicada por IHU On-Line, em 07/10/2016. Entrevista realizada por Patricia Fachin. Disponível em: <<https://goo.gl/Zb5CGL>>. Acesso em: 16 jul. 2017.



UNISINOS